

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE,
REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E
DOIS -----

----- **ATA NÚMERO NOVE** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois reuniu, no Auditório sito na Rua Conde de Arnoso número cinco-B, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, José Luis de Rezende Moreira da Silva, coadjuvado por Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes
Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – José Pedro Pires Ferreira, José Alberto da Conceição Reis, Susana Maria Soares Paulo, Joana Vanessa Henriques Medeiro, Francisco Lourenço Cordeiro Ferreira e Vitor Jorge Oliveira Martins. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Miguel Ângelo Ribeiro Henriques e Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira Pelicano. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Filipe Bento Damasceno Monteiro Moreno, Carlos Roque do Rosário Rêgo e Francisco Xavier Pereira Coutinho Castel-Branco de Azevedo. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira e Ana Cristina Nunes Gouveia. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – José Leonardo Baptista Rodrigues. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** - Manuel Aires de Matos Almeida dos Santos. -----

----- **Do Movimento “Mudar Alvalade” (MMA)** - Nuno Manuel Pires Caiola Marçal Lopes. -----

----- **Do Partido “Chega” (Chega)** - José Augusto Vaz. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro, que justificou a sua ausência e foi substituída por Francisco de Azevedo. -----

----- Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por Joana Medeiro. -----

----- Mário Joaquim Gomes Branco, que justificou a sua ausência e foi substituído por Francisco Ferreira. -----

----- Rita Amélia de Freitas Cavaleiro Madeira, que justificou a sua ausência e foi substituída por Vitor Martins. -----

----- Sérgio Machado Morais de Oliveira, que justificou a sua ausência e foi substituído por Ana Cristina Gouveia. -----

----- Às vinte e uma horas, constatada a existência de *quórum*, **o Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Informou que havia várias recomendações, tendo duas delas chegado fora de prazo, pelo que perguntava à Assembleia se alguém se opunha a que fossem discutidas e votadas. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** disse que o CDS não tinha nada a opor em relação a essas propostas serem incluídas no PAOD. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que seria rigoroso com os sessenta minutos. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** disse que então adiavam. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu a compreensão. -----
----- Queria também pôr à consideração de todos, embora só fossem precisos dois terços, mas gostaria que fosse por unanimidade, o aditamento de três pontos que não estavam incluídos inicialmente na ordem de trabalhos e que a Junta de Freguesia solicitou, pela sua urgência, que fossem apreciados na presente reunião. -----
----- Eles foram já distribuídos e se não houvesse oposição, pelo menos, de dois terços, ao abrigo do número 2 do artigo 50.º da Lei das Autarquias Locais, eles seriam discutidos e votados. Portanto, perguntava se haveria alguma oposição relativamente aos dois pontos.-----
----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----
----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que pensava votarem a admissão quando lá chegassem. -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que preferia resolver já o assunto.-----
----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----
----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que achava melhor ver como seria o desenvolvimento dos trabalhos, porque às tantas, o problema da distribuição em cima da hora podia-se resolver. -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** explicou que não, porque, face à urgência, se comesçassem a ver que não havia tempo para os discutir iria pedir à Assembleia que alterassem a ordem de trabalhos para que fossem discutidos primeiro.-----
----- Tendo pedido a palavra o **Membro Frederico Lira (CDU)** foi-lhe concedida.-----
----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que não via a questão da urgência, era tudo urgente, gostava só que esclarecessem o nível dessa urgência antes de se poder pronunciar. -----
----- Ao mesmo tempo que se calhar se marcou a reunião do Executivo podia-se ter sugerido a reunião da Assembleia de Freguesia. Se a urgência era essa, seria isso que esperava que acontecesse e, portanto, queria só que elaborassem um pouco sobre a urgência.-----
----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----
----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que a proposta era clara nessa matéria. Tudo isto resultava de uma deliberação da Câmara muito recente, de aprovação dos CDCs e que a Junta de Freguesia assumiu o compromisso de continuar a executar os mesmos para não prejudicar os serviços de higiene urbana. Aliás, como aconteceu em quase todas as outras Freguesias e sob liderança de outros partidos. Essas matérias foram discutidas com urgência porque a Câmara decidiu só agora e só tiveram oportunidade de apresentar à Assembleia de Freguesia na presente reunião, sendo que tiveram também que deliberar com urgência na Junta de Freguesia. -----
----- Tendo pedido a palavra o **Membro Frederico Lira (CDU)** foi-lhe concedida.-----
----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que não queria repetir-se, mas de facto, quando se marcou a reunião do Executivo, podia-se ter marcado logo a reunião da Assembleia. Realmente era verdade que esses temas foram discutidos, mas em várias reuniões foram tidos um pouco como desnecessários. Disso falariam quando lá chegassem. -----
----- Tendo pedido a palavra o **Membro Nuno Lopes (MMA)** foi-lhe concedida.-----
----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que quando receberam a questão dos pontos urgentes estavam em reunião e não tiveram capacidade de analisar esses pontos. O “Mudar Alvalade” iria abster-se, mas da próxima vez votaria contra. Ficava já o repto para que enviassem sempre a documentação atempadamente. -----
----- Receber no último dia cerca de quinhentas páginas para analisar, não havia estrutura para analisar condignamente todos os documentos. Acreditava que estivessem

todos corretos, mas já na última reunião se tinha avisado sobre estas situações. Portanto, mais uma vez, o “Mudar Alvalade” deixava o sinal de se abster, não queriam prejudicar ninguém. Deu-se um voto de confiança ao Executivo e mais uma vez davam esse voto, mas da próxima vez que acontecesse votariam contra. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Manuel dos Santos (IL)** foi-lhe concedida. ----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** disse que era com alguma preocupação que a IL não se podia pronunciar sobre este assunto porque não receberam nada, não houve nenhuma informação no e-mail. Só receberam um e-mail com um pedido de esclarecimentos do PS. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou se também não tinha recebido as duas moções. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Manuel dos Santos (IL)** foi-lhe concedida. ----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** respondeu que não. O último e-mail recebido dos serviços foi precisamente um pedido de esclarecimento do PS. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que era a resposta da Junta de Freguesia a perguntas feitas pelo PS. -----

----- Pediu aos serviços que vissem o que se estava a passar com a IL. -----

----- Agradeceu a advertência. Os serviços iriam ver, poderia ter ficado retido na caixa do correio por alguma razão. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que se podia resolver da forma que tinha sugerido inicialmente. Provavelmente a ordem de trabalhos não se conseguia completar e, no final, permitiam que as pessoas tivessem mais tempo para analisar esses pontos devidamente. O PS tinha analisado, mas admitia que tivessem mais facilidade para o fazer, porque a maior parte deles iam no seguimento do anterior mandato, mas para quem nunca os tinha visto antes, eram documentos com alguma complexidade. -----

----- Eram recursos importantes para a Freguesia, mas talvez mais uns dias pudessem resolver a questão, uma vez que houve falhas na distribuição. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Tesoureiro** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Tesoureiro** disse que pelas diferentes intervenções parecia haver algum desconhecimento do que se passou. -----

----- Entre a reunião de Executivo do dia anterior e a outra que tiveram quinze dias antes, recebeu-se da parte da Câmara Municipal de Lisboa a indicação para elaborar os contratos relacionados com dois CDCs da higiene urbana e uma adenda relacionada com um CDC dos espaços verdes. -----

----- Isto tinha a ver com a transferência de recursos da CML para a Junta de Freguesia de Alvalade. No caso da higiene urbana não eram só recursos financeiros, também eram recursos humanos que iam incluídos no próprio contrato de delegação de competências e nesse sentido só tinham uma possibilidade: assim que receberam a indicação da Câmara e dado o tema ser do interesse da Junta de Freguesia em particular e que deveria ser do interesse de todas as forças políticas ali presentes, em contra-relógio, elaboraram-se os dois contratos e a adenda para ser aprovada na reunião de Executivo, que era obrigatório ser logo na primeira. A primeira foi logo no dia anterior à Assembleia. -----

----- Ponderou-se aquilo que deviam fazer e entendeu-se que, no interesse da Freguesia, se justificava enviar à Assembleia como ponto urgente, mesmo que fossem vinte e quatro horas antes, para as diversas forças políticas. Parecia ser um tema que não suscitaria grande discussão ou votos que não fossem positivos em relação ao tema. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que o normal destas coisas era que, quando os documentos estavam a ser elaborados em Câmara pelos Vereadores respetivos, que no

caso era o mesmo Vereador dos três documentos, a Junta de Freguesia era consultada como contraparte. Isto não era bem um contrato de adesão, em que da Câmara ia um documento e pronto, fazia o processo todo de aprovação e depois a Junta aderira ou não. Eram contratos com duas autarquias, que tinham igual dignidade no mínimo para tal. ---

----- Sabia que esses documentos já foram à Assembleia Municipal, na verdade eles já deviam andar a circular, previamente a irem a Câmara, pelo que a Junta de Freguesia devia ter sido ouvida como contraparte, o que era normal num contrato entre duas partes. Pelos vistos parecia que não, porque só chegaram agora. -----

----- Entretanto, foi distribuído em Câmara, havendo essa urgência, os Vereadores também deviam ter imediatamente transmitido ao órgão executivo da contraparte, que pelos vistos também o não foi. Tanto quanto tinha conhecimento, parecia que os Presidentes de Junta só tiveram conhecimento nas suas funções de deputados municipais. -----

----- O problema de estarem a fazer a apreciação e deliberação sobre esses instrumentos, mais ou menos a “*toque de caixa*”, tinha a ver com o facto de não se ter corrido um conjunto de passos que eram normais neste tipo de ocasiões. -----

----- A informação que tinha, pedia desculpa se não foi assim que se passou, era que os Presidentes de Junta todos tiveram conhecimento dos textos do contrato apenas na Assembleia Municipal, nas suas funções de deputados municipais por inerência, quando na verdade, antes do Senhor Vereador deliberar em Câmara, devia ter ouvido cada Freguesia nos termos do contrato. A Junta, se calhar, nem dizia nada, mas era o normal da relação entre duas autarquias. -----

----- Talvez por esse motivo recebiam os contratos com vinte e quatro horas de antecedência. No seu caso, não tinha dificuldade em analisar, mas não era o melhor exemplo, porque os conhecia de um trabalho anterior e admitia que outras pessoas não tivessem a mesma facilidade. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, como era fácil de perceber, essas propostas resultavam de uma iniciativa da Câmara em relação a contratos de delegação de competências que já estavam em vigor. Foi para vinte e quatro Freguesias e algumas já aprovaram por unanimidade, sem qualquer problema, precisamente porque isso consubstanciava um aumento de transferências financeiras e de recursos para que as Juntas de Freguesia tivessem maior capacidade de dar resposta às necessidades da higiene urbana e no caso concreto dos espaços verdes. Era só isso que estava em causa.

----- Se fosse uma coisa mais complexa e difícil seria de mau tom e, no mínimo, falta de bom senso, que a Junta de Freguesia se atrevesse a ter o desplante de pedir um ponto de urgência numa coisa complexa. -----

----- Isto tinha a ver com um contrato já existente, em que havia uma adenda e transfeririam mais meios financeiros e humanos para a Junta de Freguesia, no âmbito da legislação aplicável às delegações de competências, que visavam reforçar meios para todas as Juntas de Freguesia. -----

----- O conhecimento que tinham era de que essa questão não levantou grandes celeumas noutras Freguesias. Só tinham recebido o projeto na semana anterior e só pediram o parecer aos serviços num espaço de quarenta e oito horas. Os serviços de higiene urbana responderam prontamente e como isto era urgente e necessário, em benefício da população da Freguesia, entendeu-se que era um ponto urgente. -----

----- Não se estava a propor nenhuma despesa, nenhuma iniciativa nova, era só continuar um contrato, aumentando os recursos previstos, por iniciativa da CML, não por iniciativa, nem a pedido da Junta. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Manuel dos Santos (IL)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** disse que em condições normais estariam disponíveis e até no seguimento do contacto com os seus colegas na Assembleia Municipal eram favoráveis a esses CDCs, mas a questão era que, de facto, não tivera oportunidade de ler e não podia estar a votar favoravelmente ou contra, documentos que não tinha lido. Era só essa a questão, porque mesmo que o documento tivesse sido enviado vinte e quatro horas antes, estariam sempre disponíveis, seguindo a lógica cooperativa do desenvolvimento dos trabalhos. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Frederico Lira (CDU)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que havia alguma relutância, porque já começavam a ser várias vezes em que acontecia o mesmo e não havia necessidade disso. Era possível marcar com urgência uma reunião extraordinária da Assembleia, se necessário. Não havia justificações por aí. -----

----- Contudo, era um assunto muito importante e realmente podiam admitir. As justificações tinham que ser melhores e mesmo após discussão poderiam receber uma comunicação do Executivo com as datas concretas, quando receberam, quando fizeram, quando pediram a reunião de Executivo, quando foi avaliado pelos Vogais, quando receberam a resposta, quando foi para a Assembleia. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Manuel dos Santos (IL)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** disse que acabara de confirmar que o e-mail foi para o spam, o que era estranho, porque os mails iam sempre para a sua caixa de correio e, por azar, estes foram para o spam. Pedia desculpa aos serviços, não foi falha dos serviços. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, após consultar todas as bancadas, disse que havia um consenso alargado, mais de dois terços, para ser admitido, discutido e votado.

----- Agradeceu a todos a disponibilidade. Acreditava na palavra da Junta de Freguesia sobre a urgência desses três pontos, de outra forma nem sequer teria enviado, ao abrigo do número 2 do artigo 50.º da Lei. -----

----- Deu assim lugar ao

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **Freguês Luis Pereira** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito prazer por terem aceite a inscrição e o que venho cá trazer são dois temas que provavelmente são visíveis a toda a gente. Um deles passa por ocupação do espaço público e essa ocupação, desde as trotinetes, bicicletas, outras coisas assim, que todos os dias vejo acidentes com elas, mas isso é uma parte que a gente não consegue imputar a ninguém essa prática.* -----

----- *A outra é a ocupação selvagem do passeio pelas esplanadas e essa sim conseguimos imputar a alguém.* -----

----- *Eu tenho visto coisas que só em países africanos é que vi, como aquela que está ali no antigo Cinema Alvalade. É um espaço de cinema e restauração, depois puseram uma esplanada por causa do Covid, depois puseram umas mesas e depois puseram uns vasos e nos vasos puseram umas bananeiras e umas palmeiras que crescem um metro para além dos vasos.* -----

----- *Passam ali dezenas de invisuais por dia, porque há ali uma associação que dá cursos a invisuais e todos os dias eu vejo pessoas a espetarem lá com a cabeça, os olhos, a cara e não vejo ninguém com a sensibilidade, tanta gente a passar naquela rua, de perceber que aquilo não pode estar ali. Por vários motivos, penso que até não cumpre as regras de segurança para a implantação das esplanadas.* -----

----- *Não sei que meios e que motivos é que essas pessoas conseguem ter para terem ali uma arma apontada aos cidadãos e qual é o resultado que eles tiram daquilo. Acho que*

não tiram nenhum, há pessoas feridas, há pessoas magoadas e por isso eu acho que deve haver uma atenção reforçada sobre esse aspeto da ocupação do espaço público. --

----- O Atalho, um restaurante aqui na Avenida Rio de Janeiro, está fechado por ordem judicial, ou pelo menos administrativa, pelo menos pela Câmara e com fundamentação no tribunal administrativo. Esse restaurante está encerrado e conseguiu implantar uma esplanada com trinta metros quadrados na sua frente. -----

----- Eu pergunto: Eu como cidadão posso pôr uma esplanada de trinta metros quadrados no passeio? Ele certamente que tem neste momento o mesmo direito que eu. Ou seja, não tem direito a isso, a menos que haja desenvolvimentos que eu desconheça. Para abrir uma esplanada um estabelecimento tem que fazer a comunicação prévia. Acho que é o requisito único, para além das regras de segurança. Eu pergunto ao Vogal e às pessoas que tratam desses aspetos aqui na Junta se viram bem o que é que estavam a licenciar ou a autorizar, porque provavelmente não viram. -----

----- Neste momento temos lá mais um “elefante” daqueles perigosos, selvagens, com trinta metros quadrados a tirar o espaço do cidadão, que não serve para nada. Ele tem um espaço enorme dentro do restaurante que nunca o ocupa e tem um restaurante que está fechado, está encerrado. -----

----- Aquela empresa... são duas, há uma empresa que tem um espaço e há outra que o arrendou para explorar comercialmente, essa empresa pode existir mas a sua existência enquanto válida para fazer um ato daqueles, que é pedir uma esplanada, não estava... dá-me a ideia que há ali um forcing de quem está ali a fazer aquilo, que deve ter muito dinheiro para esbanjar, para pressionar outras entidades dizendo que até já tem uma esplanada e agora quer abris o restaurante. Quando as coisas são precisamente ao contrário, ele tem que ter um restaurante para abrir uma esplanada e neste momento não tem o restaurante. Este era um dos temas. -----

----- O outro tem a ver também com a ocupação de um espaço que é público e que eu gostava de ter mais informação para poder falar melhor sobre ele. Tem a ver com a ocupação, neste caso a exploração do espaço que chamam hoje o Rugby de São Miguel, aquele espaço que está ali ocupado pelo Clube de São Miguel, que acho que é da Junta... e não é da Junta, o terreno há-de ser da Câmara, a Câmara passou os seus poderes de concessão para a Junta e a Junta passou para o São Miguel e agora até parece que há para lá uma ideia de pôr uma superfície comercial, para além de já lá ter uma superfície de veículos automóveis. -----

----- Ou seja, um parque desportivo passou a ter um clube e metade do espaço arrendado para depósito de viaturas. Eu acho que os intentos da disponibilização daquele terreno pela Câmara nunca passou por aquilo ser um parque de estacionamento. -----

----- E depois entrega aquilo a um só clube, que monopolizou tudo. Agora tivemos lá as festas, muito bem, também não é o recinto próprio para ter festas daquelas, porque aquilo é um recinto desportivo. Não tenho nada contra o Rugby de São Miguel, pelo contrário, mas acho que um espaço daqueles com a nobreza que aquilo tem não pode ser ocupado só por uma entidade e a fazer só rugby e festas. -----

----- Aquilo é um parque desportivo, devia ter uma piscina, um pavilhão, futebol, andebol, basquetebol, voleibol, ginástica, outras coisas, porque é o destino daquilo. Aquilo não pode ser um parque de estacionamento da Guerin ou de outra rent-a-car, para ter aquele espaço alugado todo o dia e agora tentar rentabilizar através da implementação lá de uma superfície comercial. -----

----- Agora pergunto: a quem é que eu posso pedir os documentos de contratualização da cedência da Junta ao São Miguel, quais são os contratos que existem e a quem é que eu me posso dirigir para os obter. ----- ”

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por agradecer. Concordando ou não com alguns dos comentários, era sempre bom ver um cidadão que se interessava, que era ativo e questionava os poderes políticos com responsabilidade para tomar decisões. -----

----- A algumas perguntas podia responder já, a outras pediria para passar a palavra ao Senhor Vogal responsável pelo espaço público, que tinha conhecimentos mais detalhados sobre esses assuntos. -----

----- Em relação à ocupação do espaço do Clube de Rugby de São Miguel, era propriedade do Município, mas, nos termos da Lei, que previa isso e estavam num estado de direito, havia mecanismos de gestão dos espaços públicos e de gestão dos equipamentos de benefício comum que eram transferidos, por concessão, por períodos limitados no tempo, de iniciativa das associações que prosseguiam fins de interesse público e que podia ser cultural, social, desportivo, que era o caso. -----

----- O atual Executivo herdou esse processo e não encontrava nenhuma razão para o considerar um mau processo. Primeiro, porque as regras que foram estabelecidas eram perfeitamente adequadas aos fins de interesse público que a Câmara Municipal, independentemente dos titulares dos órgãos políticos, numa dada conjuntura, deviam defender e prosseguir. -----

----- Segundo, não era verdade que estivesse só o Clube de Rugby de São Miguel como gestor privado daquele espaço. Estava também a Associação 3F, o Núcleo de Cicloturismo de Alvalade e a escola do Sport Lisboa e Benfica de Alvalade. -----

----- O contrato que previa a utilização daquele espaço pelo Clube Rugby de São Miguel previa um conjunto de obrigações e deveres para com a comunidade, que estavam a ser cumpridas e fiscalizadas. -----

----- Era verdade estar lá um espaço que, transitoriamente, tinha ocupação de carros, mas recordava que aquilo era um baldio muito mal aproveitado e mal frequentado, até com alguma marginalidade e risco para a comunidade, alegadamente tráfico de drogas. Havia uma série de problemas que causavam, pelo menos, uma situação de insegurança nos moradores das redondezas e esse problema foi adequadamente ultrapassado. -----

----- Além disso, havia projetos a serem discutidos e que permitiam duas coisas, prestar ajuda à comunidade, que aquela zona não detinha, mas que tivessem sempre o interesse público em primeiro lugar. Neste caso concreto, todas as decisões que fossem tomadas e que não eram só da Junta, eram através de especialistas e peritos e a Câmara era obrigatoriamente envolvida, visavam criar condições de sustentabilidade do projeto, as formas de obtenção de receitas, para que os clubes não ficassem totalmente dependentes dos ditos subsídios ou apoios do Estado e conseguissem, por sua própria iniciativa, criar condições de sustentabilidade, de criar receitas. -----

----- Ainda não estava nada decidido, nada aprovado, era um processo que estava a ser analisado. Havia uma dimensão política e essa responsabilidade assumia, mas havia também uma dimensão técnica, de especialistas, que tinha de ser tida em consideração. -----

----- Quanto à dita festa, não foi no campo, foi nas imediações, e a decisão foi para não causar tanto ruído e problemas de estacionamento, de que muitos habitantes de Alvalade se queixavam do sítio anterior. Encontrando uma solução que, pelo menos, diminuía esses riscos, optou-se por essa, que ainda por cima, era financeiramente menos dispendiosa para a Junta de Freguesia. -----

----- Sobre a ocupação do espaço público, daria a palavra ao Senhor Vogal Tomás Gonçalves, mas desde já, dizia que a Junta de Freguesia tinha regras claríssimas a cumprir e regulamentos a cumprir. Se alguma coisa estava errada, era bom que fossem alertados, para que pudessem ser alteradas e melhoradas, mas à partida, os serviços

eram competentes e tinham técnicos com muita experiência. Todas as autorizações e licenciamentos que eram aprovados respeitavam essas regras, mas podia haver erros. ---
----- Tendo pedido a palavra o **Vogal Tomás Gonçalves** foi-lhe concedida.-----
----- **Vogal Tomás Gonçalves** disse que, relativamente ao estabelecimento “O Atalho”, já tinha tomado conhecimento informal, no dia 30 de maio, sobre esse tema, e havia alguns esclarecimentos que gostava de dar.-----
----- Era verdade que a Junta de Freguesia licenciou a esplanada, com cerca de 32 metros quadrados, a 11 de março de 2022, e queria dar algumas explicações em relação ao procedimento e sobre a análise que os técnicos da Junta de Freguesia faziam para atribuição de esplanadas, nomeadamente em estabelecimentos de restauração.-----
----- Havia um procedimento legal de licenciamento zero. Tinham que acreditar na boa fé e na boa vontade dos estabelecimentos quando preenchiam a declaração e davam essa informação como boa. Ao passar no local viram que estavam a existir obras dentro do estabelecimento e era normal um estabelecimento que estava para abrir pedir a ocupação do espaço público, previamente, para a esplanada estar licenciada e a situação regularizada.-----
----- Era verdade, também, que a Câmara Municipal, na sequência dos e-mails enviados para a Vereação, deu conhecimento, em 15 ou 16 de junho, da situação. Pelo que entendia, era um problema urbanístico e mais do que o licenciamento do estabelecimento, tinha a ver com as obras realizadas no espaço, que supostamente não estariam de acordo com o projeto licenciado. Havia um problema urbanístico e não tinha que ver com o estabelecimento.-----
----- Era difícil para a Junta de Freguesia, diria quase impossível, verificar se existia algum problema a nível de algum processo de licenciamento, entre uma entidade e a Câmara. Quando os técnicos faziam a análise e submetiam o processo na plataforma do licenciamento não conseguiam ver quais eram os processos a decorrer na Câmara Municipal em relação a esse estabelecimento ou essa entidade. Ao contrário, era possível, mas a Junta de Freguesia não tinha essa capacidade de obter informação sobre os processos a tramitar junto da Câmara Municipal.-----
----- Também era verdade e numa das afirmações feitas no e-mail tinha que concordar, que não havia comunicação nesses sistemas entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal. Era um erro que poderia e deveria ser melhorado, para que em situações com problemas de licenciamento urbanístico ou de outra índole, as Juntas de Freguesia estivessem previamente informadas e pudessem tomar alguma medida preventiva nessa matéria.-----
----- Os serviços da Junta pediram uma reunião de urgência à Câmara Municipal, nomeadamente à área do urbanismo e licenciamento, para perceber a situação, e depois, com base na informação recebida, poder tomar uma decisão, se a licença de ocupação de espaço público se mantinha ou se teriam que revogar ou intervir de outra maneira. ---
----- As decisões de ocupação do espaço público regiam-se por um regulamento municipal de 1991 ou 1992 e estava um pouco desatualizado, mas os técnicos não tomavam uma decisão unilateral e sim com base num regulamento municipal.-----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que a freguesia Regina de Moraes tinha também feito perguntas por escrito e alertava a Junta de Freguesia para poder responder. Havia acesso ao e-mail da freguesia e por isso a Junta faria as respostas diretamente.-----
----- Não havendo mais intervenções passou ao
----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que tinha a honra de subscrever uma recomendação para atribuir a medalha de honra da Freguesia ao anterior Presidente da

Assembleia de Freguesia e muito gostaria que pudesse ser subscrita por todos, se assim fosse possível, embora algumas pessoas não o tivessem conhecido nos dois mandatos anteriores, mas era de toda a justiça. -----

----- Apresentou o seguinte documento: -----

Recomendação

“----- A Freguesia de Alvalade resultou da reorganização administrativa de 8 de novembro de 2012, que entrou em vigor em 29 de setembro de 2013, agrupando as antigas freguesias de Alvalade, Campo Grande e São João de Brito. -----

----- Desde o seu estabelecimento, os órgãos da Freguesia encontram-se no seu atual terceiro mandato. -----

----- Nos dois primeiros mandatos, de 2013 a 2021, durante oito anos, a Assembleia de Freguesia de Alvalade foi sempre presidida pelo Dr. Luís Filipe Nunes Coimbra Nazaré. -----

----- Foi unanimemente reconhecido que o Dr. Luis Nazaré presidiu a esta Assembleia de Freguesia sempre de uma forma independente e justa, considerando todos os membros desta Assembleia de igual forma, unicamente sempre preocupado com o bem da Freguesia e dos seus Fregueses. -----

----- O Dr. Luis Nazaré sempre soube presidir a esta Assembleia de uma forma eficiente e pragmática, mas sempre no profundo respeito pela liberdade, pela democracia e pelo poder autárquico, que aqui tão bem serviu e defendeu. -----

----- A forma com presidiu a esta Assembleia granjeou o profundo respeito de todos os membros da Assembleia e de todas as forças políticas aqui representadas aos longos dos últimos dois mandatos. -----

----- Conforme regula o artigo 1.º do Regulamento da Medalha desta Freguesia, esta destina-se a galardoar personalidades ou entidades de reconhecido mérito, serviços notáveis prestados à Freguesia de Alvalade por pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras e ainda a distinguir as qualidades profissionais reveladas no exercício das funções ou contexto dos serviços prestados a esta Autarquia. -----

----- Em especial nos termos do seu artigo 5.º, a Medalha de Honra destina-se a galardoar pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, de reconhecido mérito e/ou que tenham prestado à Freguesia de Alvalade serviços de excepcional relevância. -----

----- Entende-se que o Dr. Luis Nazaré cumpre excepcionalmente o pretendido por estas normas citadas, devendo ser galardoado com a Medalha de Honra da Freguesia de Alvalade, passando a constituir um "Cidadão de Honra da Freguesia de Alvalade" -----

----- A atribuição da Medalha de Honra depende de deliberação tomada em reunião da Junta de Freguesia, por proposta do Presidente da Junta ou de um seu Vogal, ou na sequência de recomendação dirigida ao Presidente da Junta pelo Presidente da Assembleia da Freguesia. O Conselho da Medalha da Freguesia deve ainda ser ouvido e emitir parecer. -----

----- A Medalha de Honra deve ser entregue em cerimónia solene, realizada preferencialmente no dia de aniversário da Freguesia, em setembro próximo. -----

----- Assim, Nos termos da alínea k) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, das alíneas d) e e) do n.º 2 do artigo 18.º do Regimento desta Assembleia e do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento da Medalha da Freguesia, tenho a honra de recomendar à Assembleia de Freguesia o seguinte: -----

----- 1. A aprovação da recomendação à Junta de Freguesia da atribuição da Medalha de Honra da Freguesia ao Dr. Luís Filipe Nunes Coimbra Nazaré pelos serviços de excepcional relevância que prestou durante os dois mandatos (2013/2021) em que exerceu o cargo de Presidente da Assembleia de Freguesia; -----

----- 2. O envio desta recomendação à Junta de Freguesia para audição e parecer da Comissão da Medalha da Freguesia; -----

----- 3. Aprovar a recomendação da atribuição da Medalha de Honra ao Dr. Luis Nazaré, por ocasião do aniversário da Freguesia em 2022, em sessão pública conjunta com esta Assembleia e a Junta de Freguesia, a convocar para o efeito. -----

----- Lisboa, Alvalade, 20 de junho de 2022. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia - José Luís Moreira da Silva. ----- ”

----- Continuando, disse que tivera a grata oportunidade de ter presenciado o último mandato com o Luis Nazaré. Em vários assuntos não estiveram de acordo, mas até por isso mesmo, sempre reconhecera a grande independência, a grande liberdade, o grande defensor do poder local, que o Luis Nazaré ali demonstrou ser. Ficava completamente integrado naquilo que o Regulamento da Medalha da Freguesia considerava como cidadão de honra da Freguesia. -----

----- Por esses motivos, apresentava a Recomendação para que a Junta de Freguesia, ouvida a Comissão da Medalha, pudesse atribuir a medalha de honra ao ex-Presidente da Assembleia de Freguesia e a tempo de no próximo aniversário da Freguesia, em setembro, poder ser atribuída. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que permitia só corrigir porque tinha sido o antecessor e o Luis Nazaré foi seu antecessor. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que tinha toda a razão e aceitava a correção. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** referiu que iriam naturalmente subscrever, se o Senhor Presidente da Assembleia desse essa possibilidade, e votariam favoravelmente. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Frederico Lira (CDU)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que a CDU também teria todo o gosto em subscrever, caso fosse aceite. -----

----- O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu que aceitaria com todo o gosto que se juntassem na subscrição. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era só para dar conhecimento de que a Junta de Freguesia iria cumprir já na próxima oportunidade a atribuição da medalha de honra. Esperava que escolhessem uma data adequada, que seria em setembro, no dia da Freguesia de Alvalade. Tomariam a deliberação e depois fariam a entrega nessa data. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Entrega da Medalha do Honra a Luis Nazaré”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Nuno Lopes (MMA)**, foi-lhe concedida para uma interpelação à Mesa. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)**, disse que havia uma questão sobre que gostaria de questionar a Mesa. No dia 4 de maio tinha enviado um e-mail ao Senhor Presidente da Mesa para pedir uma alteração ao Regimento, estiveram a discutir a ordem de trabalhos e isso não foi sequer considerado. -----

----- Tinha pena, foi enviado atempadamente e gostaria de saber se era possível que o e-mail que enviara para a Assembleia, fosse enviado para todas as outras forças políticas, pedindo se fosse possível discutir na presente reunião. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que aguardava duas coisas, a aprovação do Regimento das Comissões da Assembleia de Freguesia, que iam discutir mais à frente, e que houvesse uma proposta efetiva para a constituição de uma comissão

de alteração do Regimento, que ainda não há. O que foi feito não era isso, foram apenas enviadas algumas propostas de alteração, que seriam consideradas se alguém propusesse uma comissão de alteração do Regimento, que se fosse aprovada, já tinham essas propostas prontas para serem discutidas. Caso a comissão viesse a ser criada, coisa que ainda ninguém pediu. -----

----- Existiu uma proposta que foi retirada, e de momento não havia nenhuma proposta para criação de uma comissão de alteração do Regimento. Se era essa a intenção, podiam transformar a proposta nesse sentido e iria à Assembleia a criação da comissão.

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Miguel Henriques (PSD)** foi-lhe concedida ---
----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Recomendação** -----

“----- *Limitar Desperdícios da Água*-----

----- *No final do último mês de Maio, quase todo o território de Portugal continental estava em seca severa, o mais quente e seco dos últimos 92 anos, de acordo com o Instituto português do Mar e da Atmosfera(IPMA).* -----

----- *A situação de seca meteorológica agravou-se em todo o território no final de Maio com um aumento muito significativo da área em seca severa, estando agora 97%, segundo o índice meteorológico de seca (PDSI).* -----

----- *Esta é uma situação que tem motivado a preocupação dos cidadãos e mobilizado a intervenção dos decisores, sendo responsabilidade das autarquias tomar medidas de diminuição do consumo de água no âmbito das suas competências.*-----

----- *Embora a escassez de água não atinja directamente a cidade de Lisboa, dadas as condições privilegiadas de recursos de que dispõe, importa sublinhar pelo exemplo o esforço nacional de utilização racional da água.* -----

----- *Importa que as medidas agora anunciadas sejam um ponto de partida para uma acção consistente e duradoura no uso eficiente da água.*-----

----- *Já em 28 de Novembro de 2017, foi aprovada Recomendação de se limitar o desperdício de água no cumprimento daquilo que são as competências da Junta de Freguesia, apresentada pelo Partido Social Democrata.*-----

----- *Apesar das medidas tomadas nos últimos anos pela Administração Central, as notícias que nos têm chegado sobre os índices de seca demonstram que há um longo caminho de preparação antecipada a percorrer, plano de acção que não se pode deixar para pleno Verão, sob pena de se perder mais um ano de acção preventiva.*-----

----- *Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em 24 de Junho de 2022, recomenda à Junta de freguesia:* -----

----- *1. Instar a Junta de Freguesia de Alvalade a desenvolver um plano de acção com medidas de curto, médio e longo prazo para uso racional de recursos hídricos na freguesia que integre e expanda as medidas já adotadas pela autarquia e que, sem prejuízo de outras iniciativas levadas a cabo a nível municipal e/ou nacional, seja focado em medidas que permitam:* -----

----- *delinear e aplicar no imediato um plano de emergência para poupança de água, equacionando, entre outros, a redução de rega e das ações de lavagem de alguns espaços públicos;* -----

----- *construir sistemas de rega dos espaços verdes públicos que sejam mais eficientes em termos de utilização de água, empregando boas práticas de irrigação e alargando o aproveitamento de águas pluviais e residuais;* -----

----- *alargar a todo o território de sistemas de deteção de fugas de água;* -----

----- *promover a participação dos e das Múncipes na discussão pública sobre as alterações aos espaços verdes públicos que venham a ser implementadas;* -----

----- a divulgação permanente dos consumos de água decorrentes da instalação de sistemas de controlo; -----

----- 2. A divulgação dos planos de lavagens das ruas da freguesia; -----

----- 3. Ponderar a substituição dos relvados por plantas autóctones com reduzida exigência hídrica, diminuindo a água despendida em rega, bem como os custos de manutenção dos espaços verdes, sem que estes percam a sua beleza natural e que continuem a ser usados para fins recreativos. -----

----- 4. Desenvolvimento de um programa de sensibilização para o uso eficiente da água junto das escolas, instituições e fregueses em geral. -----

----- P'Os Eleitos do Partido Social Democrata, Miguel Ribeiro Henriques” -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida- -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** saudou o PSD por ter reconhecido esta temática e a importância da mesma, pois no passado não se absteve da crítica populista quando foram feitas restrições de rega e de lavagem de ruas em períodos de seca. -----

----- O PS não queria imaginar que essa recomendação surgisse em face das críticas da falta de rega e lavagem de ruas, que estavam pelas redes sociais. -----

----- Ainda não tinham entrado no ponto 1, mas na página 20 da informação do Presidente era dito que se retomou o processo de consulta para criação do sistema de reciclagem de água no lago do Jardim Manuel Azevedo Coutinho, que já tinha sido contratado e que estava a correr, apenas agora foi retomado e já decorreram oito meses de mandato. -----

----- Muitas das coisas que o PSD inscreveu na recomendação já estavam encaminhadas pela Câmara Municipal, nomeadamente um projeto muito importante lançado pelo ex-Vereador Sá Fernandes, no anterior mandato, e que era a rede de distribuição para rega e lavagens de rua, que em alguns locais da cidade já estava implementado, nomeadamente no Parque das Nações e no Cais do Sodré, na Freguesia da Misericórdia e de Santa Maria Maior. -----

----- Estava previsto que a rede de água reciclada chegaria a Alvalade, a locais que eram os maiores consumidores de água, tal como a Alameda da Universidade, a Av. Estados Unidos da América, a Av. Dom Rodrigo da Cunha e também a Quinta dos Barros, onde tinha alguns prados e que passaria para serviço do Estado Universitário, mas que daria para servir essa zona. -----

----- Essa rede de água reciclável basicamente utilizava a água das ETARs de Lisboa, depois de tratada, para rega e para lavagem. Não podia ser para consumo humano, era uma rede paralela. Esse projeto não estava a andar e verificando as Grandes Opções do Plano que a Câmara Municipal apresentou para 2022, remetia-se o financiamento do projeto, eventualmente, para 2023. Só no Orçamento de 2023 se veria ou não confirmada essa inscrição. -----

----- O único projeto que lá tinha sobre essa temática, eram cerca de 95 mil euros, um trabalho de consultoria e desenvolvimento de projeto, o projeto “B-Water Smart”, com o LNEC. O Executivo Camarário, que tinha a possibilidade de atuar na cidade com uma escala que não era a de qualquer Junta de Freguesia, entendeu inscrever a temática da poupança de água com 95 mil euros, tendo em conta que o Orçamento da Câmara era de 1.2 mil milhões de euros. -----

----- Os serviços da Junta de Freguesia já pelo menos utilizavam o *waterbeep* da EPAL, uma ferramenta que permitia detetar fugas de água. Quando havia consumo excessivo em determinado local, a EPAL conseguia determinar e avisava o contratante desse local, havia uma aplicação que, pelo menos, no seu tempo, os serviços utilizavam. -----

----- Desenvolver locais para aproveitamento de águas tinha questões a ver com a segurança da saúde das pessoas. Era muito difícil acumular água e ter que ter cuidado

com a legionela e a forma como se distribuía a água no território, era muito importante quanto tempo a água estava guardada. -----

----- Na rede de água reciclada que estava a ser desenvolvida pela Câmara Municipal no anterior mandato, e cujo financiamento foi remetido para o próximo ano, talvez, essas questões fossem endereçadas, porque regar ou distribuir água de forma atomizada, espalhando no território água que estava parada, podia gerar problemas de saúde pública, como os surtos de legionela por esse País fora eram bem exemplo do que tinha ocorrido. -----

----- Independentemente de, em geral, o PS concordar com a proposta, não a subscrevia, mas votaria favoravelmente. O que desafiava o PSD Alvalade era que desafiasse o PSD da Cidade de Lisboa para ver se, pelo menos, continuavam os projetos que estavam em vigor. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Nuno Lopes (MMA)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que havia duas questões que gostaria de endereçar em especial ao Executivo e, se calhar, também aos Membros do anterior Executivo. -----

----- Falava-se em poupanças de água e já foi focada pelo Membro José Ferreira a questão do Largo Frei Heitor Pinto. Tinha conhecimento de ter sido interrompido e a sua questão era, quando seria retomado. A sua opinião era de que teria de haver coragem política e não deviam recuar, porque havia queixas de pessoas que gostavam de ver os peixinhos. Estavam a falar de um lago que gastava perto de 500 metros cúbicos de água por mês, estavam a falar quase de duas piscinas de 25 metros, o que era muito para a situação em que estavam. -----

----- Também gostava muito dos peixinhos e dos patos, mas na sua opinião aquilo devia estar vazio até as obras se realizarem. A sua questão era quando isso estaria finalizado. -

----- Uma vez que estavam a falar em questões de poupança de água, fazia uma pergunta. Tinha observado ao longo dos anos, e continuava a observar, pelo menos nos últimos cinco anos, que a Recolte ia buscar água diretamente da rede, no Largo Frei Heitor Pinto. A sua pergunta era, se isso estava no contrato ou se a Recolte teria que ir buscar a água à ETAR de Alcântara, que seria o mais lógico, porque estavam a falar de águas aproveitadas. -----

----- Assim, eram os fregueses de Alvalade que estavam a pagar a água da rega e não era uma, nem duas. Via constantemente essa empresa responsável pela jardinagem a atestar o camião com água. Isso já ia do anterior Executivo e não sabia se estava no contrato, mas se estava, eram todos a pagar a água dessa empresa. Se era assim, devia ser revisto, se não estava, deviam parar imediatamente com isso e ir buscar água à ETAR, que seria o mais correto e já devia ter acontecido há muitos anos atrás. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Frederico Lira (CDU)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que quase parecia uma recomendação que podia ser apresentada pelos “Verdes”, que já foram feitas várias vezes na Assembleia Municipal e noutras Juntas de Freguesia. Portanto, congratulava-se com esse interesse pela poupança de água. -----

----- O Membro José Ferreira já tinha coberto alguns dos tópicos que ia tocar, nas questões da salubridade e limpeza, nas questões anteriores dos períodos de seca, etc. ----

----- Talvez fosse de realçar que a parte mais interessante parecia mesmo ser algo que depois ia ligar a um ponto mais à frente, em relação aos pontos verdes, que era a questão de manter um ecossistema e de criar um ecossistema que fosse adaptado ao clima que tinham. Essa era uma questão primordial, que já tinha levantado pelo menos em duas ou três ocasiões, era por aí que tinham de ser criados os critérios para os

contratos de manutenção dos espaços verdes, que até deviam ser geridos internamente ao nível da Junta.-----

----- A segunda parte dos comportamentos também era difícil e o Membro Nuno Lopes tocou num ponto, se queriam mesmo poupar água ou não. Referiu o lago do Frei Heitor Pinto mas havia o lago do Campo Grande, que era maior e continuava a ser vazado e enchido, sem se perceber bem para que servia, mas eram opções que tinham sido tomadas e que podiam ser complementadas. Mais uma vez faltavam ali umas plantas que permitissem aquilo ser mais natural e poupar-se água.-----

----- A CDU não pretendia subscrever, mas iria votar a favor. A utilização das águas pluviais e residuais era importantíssima. A tecnologia era importante para ajudar, mas não resolvia as coisas. O estudo diria quais eram as ações mais recomendadas ao início, mas continuava a haver essa ideia de que a tecnologia ia ajudar a resolver os problemas quando a maior parte tinha a ver com os comportamentos.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Miguel Henriques (PSD)** foi-lhe concedido. --

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que tinha ficado um pouco surpreendido com a intervenção do Membro José Ferreira, porque desconhecia Assembleias de Freguesia em que o PSD alguma vez tivesse votado contra qualquer medida nesse sentido. Até podia dizer que, inclusivamente, na Assembleia de Freguesia de Alvalade de 28 de novembro de 2017, o PSD apresentou uma recomendação no mesmo sentido e o PS foi o único partido que se absteve. Causou-lhe alguma estranheza.-----

----- Era verdade que os títulos não faziam a forma como as recomendações ou as propostas estavam redigidas, por vezes os títulos eram enganadores. Se houve votos contra ou o que fosse por parte do PSD, estava em crer que se devia à redação dessas mesmas propostas. -----

----- Nessa Assembleia de 28 de novembro de 2017, tivera o cuidado de ir consultar a ata para perceber a razão da abstenção por parte do PS, quando agora se tentava arrogar defensor da água e da necessidade de poupança.-----

----- Foi ali mencionado que era uma mais-valia o facto de, por exemplo, as regas estarem a ser suportadas com águas da ETAR e, segundo a informação do Membro Nuno Lopes, se calhar não estava a ser respeitado, mas o que era agora uma mais valia apontada pelo PS foi na altura o Presidente da Junta de Freguesia, José António Borges, a ser um crítico da utilização de águas pluviais.-----

----- O PSD defendeu essa recomendação, de seguida a CDU pronunciou-se no mesmo sentido, de que deveria ser colocada nessa recomendação a utilização de águas tratadas pelas ETARs, e foi o próprio Presidente da Junta de Freguesia, do PS, que recusou essa possibilidade, tendo em conta os problemas que daí poderiam resultar ao nível de saúde, considerando a legionela. -----

----- O tempo passou, ainda bem que o PS mudou de opinião e já aplaude o facto de se fazerem as regas com águas pluviais e águas tratadas nas ETARs. O que ali foi dito era que isso não estava a acontecer e pagavam água potável a uma empresa para tratar dessas regas. -----

----- Relativamente aos termos específicos da recomendação, era apenas isso mesmo, uma recomendação, um conjunto de princípios que defendiam e que apresentavam ao Executivo. A forma como o Executivo implementava, cabia-lhe a ele e não era sua função estar ali a explanar e a criar métodos de trabalho para o Executivo, a sua função era apresentar uma proposta ou uma recomendação para todos votarem, favoravelmente ou contra, e depois o Executivo encontrar a forma mais eficaz de a aplicar.-----

----- Queria agradecer à CDU, ao PS de certa forma, por também se identificarem com esta proposta. Isso era apenas uma demonstração de como não existiam temas tabu para

o PSD, existiam era outras vontades, não dizia ali dentro, mas noutros fora, de tornar reféns alguns temas. O ambiente nunca foi algo descurado pelo PSD. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse pensar que a ação do PSD não se limitaria à Assembleia de Freguesia, mas se calhar estava enganado e só se limitava à Assembleia de Freguesia. Aquilo que tinha dito implicava ações feitas por elementos do PSD que eram conhecidos na Freguesia.-----

----- No Campo Grande existia um furo, a água que era usada para o jardim do Campo Grande não era da EPAL. Acontecia, como por exemplo no Parque Eduardo VII, que não era na Freguesia, usavam água de furo para rega.-----

----- O Membro Miguel Henriques por vezes amalgamava as posições. O que tinha dito era, que tinha dúvidas que a utilização de águas pluviais recolhidas em depósitos para rega podia trazer problemas, como a legionela. Coisa diferente era a água reciclada, que tinha um tratamento, não era para consumo humano, mas tinha um tratamento nas ETARs e resolvia o problema da legionela.-----

----- Uma coisa era a água reciclada, que ia das ETARs e depois era distribuída, fosse por uma rede dedicada e cujo financiamento para o desenvolvimento foi retirado pelo PSD e pelo CDS das Grandes Opções do Plano para financiamento em 2022 e tinham de esperar pelo Orçamento de 2023 para ver se tinha mesmo esse financiamento. Ter recolha de águas pluviais num depósito e depois regar com ela, era outra coisa. -----

----- A maior parte dos espaços verdes tinham sistemas de rega gota a gota, alguns tinham rega por aspersores, que eram controlados, e o período de rega era relativamente limitado e em períodos noturnos. -----

----- Os dois fornecedores de serviços de manutenção de espaços verdes eram obrigados a ir à ETAR de Chelas encher depósitos de água para fazer a rega em locais, como por exemplo de arvoredos, em que precisavam de fazer rega manual. Estava prevista no contrato essa situação e admitia que, no contrato que estava em curso, essa situação também deveria estar, mas o Senhor Vogal Tomás Gonçalves poderia confirmar. Essa disposição estava no anterior caderno de encargos e no contrato, ele era obrigado a pegar na viatura e ir à ETAR de Chelas encher depósitos com água reciclada para fazer as regas onde não havia sistema de rega. Isso era obrigação contratual.-----

----- A Junta de Freguesia ou a Câmara Municipal tinham por obrigação, no caderno de encargos, fornecer a água para rega. Não era o fornecedor de serviços de manutenção de espaços verdes que fornecia água. Ele usava os sistemas de rega automática que estavam distribuídos ou bocas de água para rega que estavam distribuídas pelo território, nos casos em que isso não existia, havia a obrigação contratual de ir à ETAR de Chelas encher dois ou três metros cúbicos de água e depois regar dessa forma. Aliás, já tinha visto isso acontecer em canteiros e sobretudo em arvoredos, que não tinham sistema de rega.-----

----- Se usavam erradamente a água de fornecimento da EPAL para isso, o contrato tinha dispositivos para chamar a atenção do fornecedor, nomeadamente multas para corrigir a situação, mas isso estava previsto no caderno de encargos. Como em todas as regras, por vezes os fornecedores faziam de uma maneira, quando deviam fazer de outra, importante era o que estava previsto no contrato e o que estava previsto era em locais onde não houvesse bocas ou sistemas de rega, de irem buscar água à ETAR de Chelas e fazerem a rega manual.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Rodrigues (BE)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro José Rodrigues (BE)** disse que queria saudar esta recomendação do PSD. Já quase tudo tinha sido dito e queria apenas dar duas breves notas.-----

----- Tendo uma grande preocupação ecológica, o elemento água nos lagos ou outros não era só frequente, como até adequado, nos jardins mediterrânicos. Isso não era algo meramente estético, era algo que ajudava a aumentar a humidade no ar e diminuir a temperatura, algo de que necessitavam. -----

----- Pedia apenas cautela na supressão de rega em casos onde as plantações fossem recentes ou existissem espécies de importância botânica com necessidades hídricas superiores. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Vaz (Chega)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que achava importante o uso racional da água e saudava a proposta feita pelo PSD. No entanto, gostava de dizer que ainda pouco tempo antes, por uma decisão do Governo, quanto a si irrefletida, irresponsável e criminosa, mandou-se fechar duas centrais térmicas a carvão no seu período de vida útil e, para compensar, foram despejadas as barragens do Zêzere que abasteciam Lisboa.-----

----- Se havia falta de água podia o PS transmitir aos seus parceiros do Governo que havia responsabilidade do Governo. -----

----- Por outro lado, não houve nenhuma medida para aumentar o número de barragens, represas e mini-hídricas a montante das barragens existentes, fundamentais para haver mais água e até para a água poder entrar no solo e criar reservas de água no solo. -----

----- Existiam já experiências, até em Portugal, em unidades hoteleiras e no Porto Santo, de centrais de dessalinização. O Governo, através das verbas que podiam vir do PRR, podia candidatar-se a essas centrais, tal como fez a Espanha, que tinha previstas centrais de dessalinização, que serviam para regar, água que servia para beber. -----

----- Era um bocado triste ver o País cada vez mais afundado por motivos ideológicos e gostaria de subscrever a proposta do PSD. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Nuno Lopes (MMA)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que só queria fazer um *upgrade* após os esclarecimentos da parte do Membro José Ferreira, percebera que, a final de contas, estava a acontecer uma ilegalidade e como Membro da Assembleia tinha de a denunciar. -----

----- A Junta de Freguesia a partir deste momento tinha de reunir com a Recolte e chamar a sua atenção para não fazer aquilo que estava a fazer. Como cidadão, se voltasse a ver a Recolte fazer isso, a partir desse momento, sabia que era ilegal e iria interceder e defender a Freguesia-----

----- Foram dezenas de vezes que vira isso acontecer e, de facto, fazia-lhe espécie esse acontecimento. Daí ter questionado se isso estava no contrato. Uma vez que não estava no contrato, só demonstrava a falta de fiscalização do anterior Executivo, porque foram dezenas de vezes. Estavam a falar de um camião que levava um contentor de cinco metros cúbicos. Isso tudo somado, se calhar, tinham que rever o contrato com a Recolte. -----

----- Congratulava-se com a proposta que o PSD apresentava, seria aprovada pelo “Mudar Alvalade” que também tivera propostas nesse sentido, inclusive de fazer retenções nos edifícios da Junta de Freguesia das águas pluviais. O meio ambiente atualmente era uma coisa muito crítica, tinham que estar todos de acordo. -----

----- Havia uma coisa que já vinha do anterior Executivo, a Junta de Freguesia tinha a manutenção dos espaços verdes da Universidade, e a sua questão era se iriam continuar a fazer a rega e a manutenção dos espaços verdes na Universidade, que tinha um orçamento igual ou se calhar maior do que a Junta de Freguesia. Porque o fazia? Quais eram as regalias que os fregueses tinham com isso tudo?-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que o Ministro do Ambiente já falara em investimentos para centrais de dessalinização financiados pelo PRR. -----

----- Sabia que o Chega gostava do regime da Rússia e tinha tido muito apoio nesse sentido, tinha de perceber que a maior parte do carvão usado vinha da Rússia.-----

----- Por outro lado, o uso de centrais a carvão, a informação que existia, era de que eram muito onerosas e tinham consequências para a saúde das pessoas.-----

----- As centrais de dessalinização em Alvalade também seriam uma curiosidade, com as suas belas praias. Alvalade era uma Freguesia muito interessante, mas praias ainda não tinham.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Vaz (Chega)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que, de facto, Alvalade não tinha praias, nem mar, mas também não tinha barragens e a água bebia-se ali. Existiam sistemas de transporte de águas por todo o País.-----

----- Continuava a dizer que o Chega não era pró Rússia e mais, o carvão que vinha da central de Sines, podia dizer porque trabalhou lá, vinha da Austrália, da Polónia, da África do Sul. A central de Sines era de última geração, não poluente, que tinha filtros electrostáticos e que estava no período de vida útil. Era a mesma coisa que mandar para a sucata um carro novo.-----

----- Países fascistas como a Alemanha, a Holanda e outros, reativaram as centrais a carvão. Saiu nas notícias dois dias atrás, era fácil perceber.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Limitar Desperdícios da Água”**, apresentada pelo PSD, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Miguel Henriques (PSD)** foi-lhe concedida. --

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Recomendação** -----

“----- *Projeto Intergeracional de Alojamento Para Estudantes e Combate à Solidão Sénior* -----

----- *De acordo com os resultados provisórios dos Censos 2021, 24% da população residente na nossa freguesia é composta por pessoas com 65 ou mais anos (especificamente, 8.239 em 33.313 habitantes).*-----

----- *Com o aumento da esperança média de vida, o combate à solidão sentida pelos nossos idosos torna-se cada vez mais relevante, devendo essa ser uma das preocupações sociais a considerar pelas autarquias.*-----

----- *Há cada vez mais idosos em situação de total isolamento e depressão, existindo vários fatores pessoais e sociais que contribuem para o aumento do isolamento: a solidão associada à reforma, o isolamento pós- viuvez, ou até o abandono pela família.*

----- *Estudos recentes da PORTUGAL SÉNIOR sugerem que a solidão está intrinsecamente associada ao estado de saúde, condicionando de forma severa o bem-estar físico e mental, podendo inclusivamente ter o mesmo impacto nos cidadãos que o stress crónico, e igualmente afetar o sistema endócrino e imunológico, contribuindo para o aparecimento de diferentes doenças.*-----

----- *De acordo com o referido estudo, estima-se que 70% dos idosos em Portugal têm um problema de saúde grave associado à solidão, sendo que as manifestações mais comuns são a hipertensão arterial, as infeções repentinas, a ansiedade e a depressão.* --

----- *A par deste problema social, vivemos numa Freguesia com enorme presença de estudantes universitários, sendo de conhecimento público a dificuldade do acesso a habitação por parte destes jovens.*-----

----- *Em Portugal, existem 114 mil estudantes do ensino superior público fora da sua zona de residência (42% do total), sendo que com a especulação imobiliária, aquilo que sempre foi um desafio para muitos jovens universitários, é cada vez mais um*

problema: arrendar um quarto em Lisboa atinge rapidamente valores mínimos a rondar os 350,00€, num país onde o salário mínimo nacional se cifra em 740,00€. -----

----- Em 2019, a Associação Académica da Universidade de Lisboa apresentou à Junta de Freguesia um projeto intergeracional que propunha desenvolver novas oportunidades/respostas de alojamento para os jovens e de companhia para os mais velhos, permitindo a aproximação e a partilha de experiências de vida entre estas duas gerações e a melhoria da qualidade de vida dos seus intervenientes. -----

----- Este projeto tinha como principais objetivos: -----

----- 1) Combater a solidão e/ou o isolamento dos idosos, com mais de 65 anos, que vivem sós; promover a socialização, recuperar a autoestima e hábitos de vida saudáveis, aumentar a participação ativa na sociedade; -----

----- 2) Proporcionar alojamento acessível aos estudantes universitários (com idade entre os 18 e os 35 anos) deslocados da sua área de residência (fora do concelho de Lisboa), oferecendo um ambiente familiar e estável onde possam progredir nos seus estudos; -----

----- 3) Promover a intergeracionalidade entre jovens do ensino superior e séniores, numa perspetiva solidária e de partilha; criar espaços de encontro intergeracional, onde seja possível construir novas relações de confiança, afeto e apoio recíprocos; -----

----- 4) Colaborar nas tarefas diárias, prestando apoio ao sénior sempre que necessário; -----

----- 5) Proporcionar um ambiente acolhedor e familiar ao jovem estudante, que está longe da sua família, valorizando esta nova ligação afetiva, mais próxima e protetora. -----

----- Ferido pelas restrições de combate à pandemia da Covid-19, o desenvolvimento do referido projeto foi suspenso. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em 24 de Junho de 2022, recomenda à Junta de freguesia: -----

----- 1. Encetar contactos com a Associação Académica de Lisboa, de forma a retomar os trabalhos preparativos do referido projeto; -----

----- 2. Envolver nos trabalhos preparatórios o Centro Social Paroquial de São João de Brito, bem como outras entidades que sejam consideradas relevantes para o efeito; -----

----- 3. Remeter à Assembleia de Freguesia informação periódica sobre o desenvolvimento do projeto. -----

----- P’Os Eleitos do Partido Social Democrata, Miguel Ribeiro Henriques ----- ”

----- Continuando, referiu que na proposta estavam 740 euros mas eram 705 euros. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Nuno Lopes (MMA)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que o “Mudar Alvalade” tinha uma proposta idêntica no seu programa e estava 100% de acordo com ela. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Frederico Lira (CDU)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que a proposta era bastante bem-intencionada e boa, votaria a favor nesse sentido. Contudo, não resolvia estruturalmente o problema. -----

----- Estava a ficar confuso e quase que dizia ao Membro Miguel Henriques que seria muito bem vindo a filiar-se no PEV ou no PCP, até já se falava contra a especulação imobiliária. Estavam completamente de acordo e realmente esse era o grande problema existente no arrendamento, a Lei das Renditas, ou Lei Cristas, como lhe chamavam, tinha prejudicado, e muito, todas essas questões, outras políticas que tinham sido tomadas ao longo dos últimos anos. -----

----- Se calhar, o prioritário seria os estudantes universitários terem acesso a residências universitárias em quantidade suficiente. Existia um programa para a construção, a CDU também já o propôs a todos os níveis, autárquico e nacional, a construção e esse

acolhimento dos estudantes universitários, até porque a escala era muito grande, havia muitos estudantes a estudarem fora do seu local de residência. -----

----- Existia um programa nacional para reforço das residências que vinha a ser executado, muito lentamente, infelizmente, era preciso aumentar e aí os municípios tinham uma palavra a dizer e precisavam reforçar essa palavra de disponibilizar ainda mais no seu edificado. -----

-----Havia o problema grave da grande subida dos preços da habitação, fruto da tal especulação imobiliária, falta de políticas públicas de habitação. -----

----- Falava-se na Associação Académica de Lisboa, seria da Universidade de Lisboa, mas existia também a Universidade Nova, o ISCTE e a UL. Convinha, se calhar, não esquecer essa abrangência, a não ser que houvesse outro acordo anterior. -----

----- Realmente o salário mínimo era miserável, gostava de um pouco mais de ambição e propor mais de 800 euros. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que o PS iria aprovar esta Recomendação e chamava a atenção para as questões relacionadas com a formação das funções de apoio, do controle e acompanhamento, de potenciais situações de abuso e de conflito. Valorizando o programa, era referido o Centro Paroquial de São João de Brito, mas também devia ser referido o Centro Paroquial do Campo Grande e a Santa Casa da Misericórdia, que faziam, todos, apoios domiciliários nesse setor, assim como outras entidades que pudessem atuar na Freguesia. -----

----- O PSD tinha resistido ao aumento do salário mínimo, como se via no Parlamento, até achava que devia ser de 740 euros, mas na verdade já foi anunciado que, em concertação social, seria proposto 750 euros para 2023, 800 euros para 2024, 850 euros para 2025 e 900 euros para 2026.-----

----- Uma vez que falaram sobre habitação, podiam também fazer pressão no PSD de Lisboa para que não fossem abandonados projetos de habitação acessível, como por exemplo a Câmara pretendia fazer em Belém. Isso, sim, permitia que a quantidade de habitações com renda acessível disponíveis na cidade pudesse aumentar. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Vaz (Chega)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que o Chega apoiava a proposta apresentada pelo PSD, muito embora devessem também endereçar alguns pedidos ao Governo para as residências universitárias, porque era quem tinha o Ministério da Educação e poderia dar uma ajudinha nessa questão. Faziam muita falta.-----

----- Quanto ao ordenado mínimo, era importante que subisse um pouco, mas nunca esquecendo o ordenado médio, que, no momento, era igual ao ordenado mínimo. Toda a gente sabia que havia uma diferença de cinco euros entre o ordenado mínimo pago a qualquer servente que estivesse a trabalhar e um escriturário. -----

----- Todos eram sócios da TAP e depois o dinheiro servia para alimentar clientelas com o ordenado mínimo de 1.400 euros. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Miguel Henriques (PSD)** foi-lhe concedida. --

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que, relativamente a envolver outras instituições, estava totalmente de acordo, inclusivamente, era isso que se mencionava na Recomendação, envolver não só o Centro Social e Paroquial, mas também outras entidades consideradas relevantes. Aí podiam entrar todas as que fossem consideradas relevantes pela Junta de Freguesia e, portanto, nada a opor que fosse incluída a Santa Casa da Misericórdia e outras com o mesmo objeto social. -----

----- Passando a considerações políticas, o PSD não se opunha à subida do salário mínimo, aquilo que sempre defenderam era que deveria haver também um crescimento do salário médio. Não queria perder muito tempo com essa discussão. -----

----- Relativamente à situação da renda acessível em Belém, sentia-se um cidadão de Lisboa e um cidadão do mundo, para além do seu trabalho, dedicava o seu tempo à Freguesia para tentar estar dentro do que se passava e das suas preocupações. Lamentava não acompanhar aquilo que se estava a passar em Belém, não sabia o que estava a acontecer com a renda acessível em Belém. Pedia desculpa aos fregueses de Alvalade por não saber o que se estava a passar em Belém, mas certamente haveria por lá pessoas preocupadas, tanto na Junta de Freguesia, como na Assembleia de Freguesia.

----- O que sabia relativamente a Alvalade, era que a renda acessível estava a correr bem, tinham sido sorteadas casas, estavam casas em obras na Av. Estados Unidos da América, para serem atribuídas, e parecia-lhe ter visto uma publicação no sentido de que no próximo mês o IHRU também iria sortear um imóvel em Alvalade.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que o Ministério da Educação não fazia residências para estudantes universitários, quem fazia era o Ministério do Ensino Superior. A Universidade de Lisboa estava a construir residências na Cidade Universitária. -----

----- Se fossem ao google e procurassem “salário médio dos portugueses em 2021” veriam que era de 1.361 euros, que era bem mais do que o salário mínimo. Era só procurar no google. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Projeto Intergeracional de Alojamento Para Estudantes e Combate à Solidão Sénior”**, apresentada pelo PSD, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Ana Gouveia (CDU)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Ana Gouveia (CDU)** apresentou o seguinte documento: -----

-----**Recomendação**-----

“-----*Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril em Alvalade*-----

----- *Considerando que:*-----

----- *1 - O 25 de Abril foi uma revolução libertadora, com profundas transformações na vida nacional traduzidas em inapagáveis avanços e conquistas que hoje perduram como valores e referências para a construção de um Portugal democrático, desenvolvido e soberano.*-----

----- *2 - A Revolução de Abril, entre outras conquistas, instaurou o poder local democrático, que nos permite estar aqui a discutir, em liberdade, as questões que interessam ao país, à cidade e à freguesia.*-----

----- *3 - As comemorações populares e oficiais do 50º aniversário da Revolução de Abril, constituem um importante momento de afirmação da luta dos trabalhadores e do povo português, pela liberdade e a democracia, contra a ditadura fascista e, simultaneamente, de exigência de uma política e de um rumo que responda aos problemas do País e às aspirações do povo português.*-----

----- *4 - A nossa freguesia tem uma história rica na luta pela liberdade e a democracia, antes e depois do 25 de Abril, que importa sublinhar e dar a conhecer.*-----

----- *Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida a 24 de Junho de 2022, recomenda à Junta de Freguesia:*-----

----- *1 - Criar um programa próprio de comemorações dos 50 anos do 25 Abril, que inclua, entre outras iniciativas:*-----

----- *a) Criar um roteiro de casas clandestinas durante a resistência ao fascismo na freguesia;*-----

----- *b) Promover encontros entre resistentes anti-fascistas e alunos das escolas para conversar sobre a importância da liberdade e como a defender;*-----

----- c) Criar uma grande exposição na freguesia, com uma parte histórica e outra artística;-----

----- d) Fomentar a pintura de murais alusivos à Revolução, às liberdades e à democracia;-----

----- e) Implementar um programa desportivo alargado a crianças e adultos em todo o território da freguesia, que abranja o maior número possível de modalidades;-----

----- f) Organizar concertos e outras manifestações artísticas, aproveitando os vários locais e instalações da freguesia.-----

----- Lisboa, 24 de Junho de 2022 -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade ----- ”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que sobre a pintura de murais tinha algumas dúvidas. Relativamente ao resto tudo bem.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que o PS saudava a recomendação e votaria favoravelmente. -----

----- O monumento que assinalou o 25 de Abril na Freguesia, pensava que tivesse sido feito no primeiro mandato, no agora Jardim Ruy Athouguia, com uma intervenção em azulejos com cravos espalhados. Entretanto havia também um monumento no INATEL que fazia essa memória. -----

----- Podia-se também ver a questão dos murais.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Miguel Henriques (PSD)** foi-lhe concedida. --

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que esta Recomendação ia um pouco de encontro àquilo que tinha dito. O facto de colocarem um determinado título numa recomendação, por mais que se identificassem, por vezes a forma como estava redigida ou aquilo que acabava por ser proposto causava alguma estranheza e daí se justificar determinado sentido de voto. -----

----- Isso foi o que aconteceu com esta Recomendação. Ao recebê-la e quando a bancada reuniu e deliberou sobre este assunto, inicialmente, a ideia era para votar favoravelmente. Havia uma questão e podia já adiantar que os eleitos do PSD iriam abster-se, aquilo que estava a ser recomendado era que fosse criado um programa próprio por parte da Freguesia para comemorar os 50 Anos do 25 de Abril. A essas comemorações estaria sempre associado um orçamento e um aumento de despesa por parte da Junta de Freguesia. -----

----- Se não houvesse qualquer iniciativa a nível nacional desse género ou até mesmo a nível de Câmara Municipal, votariam a favor, porque fazia todo o sentido. Aquilo que se sabia era que não se estava a passar isso. Desde junho de 2021, pelo Governo Socialista, foi criada uma comissão organizativa para comemorar os 50 Anos do 25 de Abril, na altura chefiada por Pedro Adão e Silva, até ter sido nomeado Ministro da Cultura. Estava a ser remunerado em 230 mil euros e tinha também uma equipa de doze pessoas, mais motorista, mais secretário pessoal, mas quando o convidaram para Ministro da Cultura trocava esse dinheiro todo e todos esses benefícios para ser Ministro.-----

----- Para além de toda essa verba alocada a nível nacional, em que certamente essas comemorações teriam maior expressão nas grandes cidades, Alvalade nunca ficaria de fora das comemorações de Lisboa. -----

----- Até percebia e fazia uma defesa de honra à recomendação da CDU, no seu lugar também ficaria preocupado se a “*montanha parisse um rato*”, tendo em conta que essas comemorações para as quais foram alocados os 230 mil euros e mais o staff quase ministerial, tinha algum receio que isso depois não desse em nada. Efetivamente não estava a dar em nada, porque as comemorações para que foi alocada essa verba deviam

ter começado no mês passado e deixava o desafio de pesquisarem o site dessa comissão comemorativa, onde veriam que afinal esses 230 mil euros foram para escolher dois ou três livros e estava lá a recomendar a leitura. Era uma espécie de plano nacional de leitura sobre o 25 de Abril, onde ainda só escolheram dois livros, mas havia ainda um ano e veriam o que ia sair dali. -----

----- A preocupação era efetivamente essa, existir já um programa a nível nacional, com uma verba afeta. Na CML, tendo em conta aquilo que depois foram tentar perceber, também iria existir um programa. Portanto, essa iniciativa só para Alvalade era apenas triplicar o gasto de recursos para comemorar o mesmo dia e era por esse motivo que se iriam abster. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Ana Gouveia (CDU)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Ana Gouveia (CDU)** disse que a gestão de dinheiro podia ser feita da forma que bem entendessem. Eram os 50 Anos do 25 de Abril, não eram os 5, nem 7 ou 9, eram 50. Essa responsabilidade não cabia apenas à CML e sim a todos. -----

----- Não via nenhum impedimento que a Junta de Freguesia de Alvalade, onde existiam inúmeros nomes ligados à luta antifascista, onde existiam memórias muito vivas e tinham de cuidar delas. Se não fosse ali, não era com certeza a nível nacional que iriam falar dessas coisas e era importante as crianças da Freguesia saberem o passado da Freguesia e o que nela aconteceu. Isso não tinha preço. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Manuel dos Santos (IL)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** disse que saudava a iniciativa, mas por parte da IL, como foi referido anteriormente e tendo em conta que já havia toda uma enorme logística de celebração dos 50 Anos do 25 de Abril, a visão era optar por uma ótica de cooperação com aquilo que estava a ser desenvolvido em termos governamentais e não estar a alocar em paralelo mais gasto por parte da Junta de Freguesia. -----

----- Se tinham que definir prioridades, por exemplo no Largo Frei Heitor Pinto, que de facto era caro ter um lago, para a Freguesia tinham que ser tomadas decisões. -----

----- Sendo um custo tão avultado esse tipo de iniciativas ao nível da celebração dos 50 Anos do 25 de Abril, porque não fazer uma ligação com aquilo que já estava planeado e que certamente o Governo tinha também pensado para a Freguesia de Alvalade. Era nesse sentido que a IL se ia abster. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que, passando a ironia, uma vez que a Câmara Municipal financiava as festas da cidade talvez não fosse necessário a Junta de Freguesia ter também festas do Santo António. A cidade também gastava imenso dinheiro a fazer festas do Santo António e podiam seguir o mesmo raciocínio. -----

----- Era evidente que a Junta de Freguesia, querendo, fazia a programação cultural com os eventos que entendesse pôr no seu plano de atividades e tinha toda a legitimidade para apoiar festas de Santo António e comemorações na Freguesia, como também, se quisesse, tinha toda a legitimidade para fazer as comemorações do 50 Anos do 25 de Abril na Freguesia. Isso era totalmente adequado. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Vaz (Chega)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** perguntou à CDU se isso era para ser votado em conjunto ou por alíneas. -----

----- Era óbvio que a Junta de Freguesia teria a liberdade de comemorar os 25 Anos do 25 de Abril, se assim o entendesse. Estava eleita para isso e tinha o mandato. -----

----- Também gostaria de saber se depois haveria oportunidade de comemorar os 50 Anos do 25 de Novembro, porque sem isso não comemoravam coisa nenhuma. Estariam como os russos, infelizmente. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Miguel Henriques (PSD)** foi-lhe concedida. --

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que não tinha colocado em causa a importância dessa comemoração, nem do 25 de Abril. Aquilo que o Membro José Ferreira dizia, que gostava de colocar tudo numa amálgama, se calhar às vezes era mais fácil explicar dessa forma. -----

----- Para si, o 25 de Abril era uma data importante, fundamental para a democracia como a conheciam. Transformando isso num exemplo da vida, do quotidiano, se calhar o casamento também era importante e fazia-se uma festa, não se fazia três vezes a mesma festa de casamento. Isso apenas para tornar a coisa mais simples, principalmente se essas festas envolvessem dinheiro público, dinheiro pago por todos os fregueses. -----

----- Quando lhe questionavam sobre as festas de Santo António, porque a Câmara Municipal fazia as Festas da Cidade e a Junta de Freguesia também avançava com a organização das festas na Freguesia, porque não fazerem o mesmo com o 25 de Abril, voltavam ao mesmo. Existia um programa a nível nacional, existiria um programa a nível da Cidade de Lisboa e apenas estavam a triplicar custos. -----

----- Aquilo que sugeria, que também já foi sugerido pelo Membro do Chega, se lhe dissessem que essa recomendação passava por um conjunto de iniciativas que não envolviam qualquer custo para a Junta de Freguesia poderiam considerar, mas não havia necessidade de estarem a triplicar custos. -----

----- Outra diferença entre as Festas da Cidade ou o 25 de Abril era a importância que as pessoas da cidade davam a essa festa. Não dizia que as pessoas desconsiderassem o 25 de Abril, o que dizia era que se perguntassem às pessoas da Freguesia, com esse cenário, em que havia iniciativas a nível nacional e a nível da Câmara e a Junta de Freguesia ia gastar esse dinheiro para fazer mais do mesmo e para competir com iniciativas que já estavam a ser planeadas, as pessoas, se calhar, então diriam para não se gastar dinheiro com isso, preferindo que se gastasse o dinheiro noutra coisa qualquer. -----

----- A Junta de Freguesia nunca ficaria de fora daquilo que eram os planos da Câmara Municipal para a comemoração dos 50 Anos do 25 de Abril. Acreditava que existissem iniciativas na Freguesia, o que não faltava eram espaços para isso. -----

----- Independentemente de a verba despendida com essa proposta ser da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal, era dinheiro público. Sabia que isso causava alguma comichão ao PS, “*se é de alguém de cima a gente gasta porque não é nosso*”, mas na verdade era de todos. Portanto, fosse dinheiro da Junta ou da Câmara Municipal era uma triplicação de gastos. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** chamou à atenção que se continuassem assim não punha à votação esta Recomendação. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** pediu que houvesse algum respeito pelas pessoas, com afirmações como acabaram de assistir para tentar ter razão numa coisa que não fazia sentido nenhum. Portanto, pedia que o PSD se abstinhasse de ofender as outras pessoas. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril em Alvalade**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS, CDU, BE e Presidente da Assembleia), 1 voto contra (Chega) e 8 abstenções (PSD, CDS-PP, IL e MMA)-----

----- Terminado o PAOD, entrou-se no

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1 — Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta da Freguesia de Alvalade, prevista na alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;** -----

---- Tendo pedido a palavra o **Membro Nuno Lopes (MMA)** foi-lhe concedida para uma interpelação à Mesa. -----

---- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que a exemplo de outras Assembleias o “Mudar Alvalade” sugeria que no ponto 1 fossem diretos às observações feitas pelos Membros presentes, porque na anterior reunião perdeu-se imenso tempo a falar sobre este ponto. Todos tinham lido e se houvesse dúvidas colocavam e passavam de imediato ao ponto 2. -----

---- Isso ia ao encontro do que o “Mudar Alvalade” já tinha pedido para alteração do PAOD, que as moções passassem para o fim da reunião. Mais uma vez não iam acabar a reunião por causa das moções. Com todo o respeito, na próxima reunião tinha que haver uma alteração ou caso contrário iam estar ali em mais uma Assembleia. -----

---- Era mais importante discutir os problemas da Freguesia do que estarem a falar de História e, com todo o respeito que tinha pelo 25 de Abril, pelo 25 de Novembro, havia assuntos mais importantes, e estes deviam ficar para o fim da Assembleia, que foi aquilo que o “Mudar Alvalade” propôs. -----

---- Em relação ao ponto 1, se fosse na continuidade da última Assembleia ficariam no ponto 2. -----

---- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que a Junta de Freguesia tomaria em devida nota essa posição. -----

---- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

---- **O Senhor Presidente da Junta** disse que já tinha assistido a outras Assembleias de Freguesia e nessa matéria havia regras, era uma prestação de contas e quase uma obrigação legal que devia ser cumprida e que tinha como objetivo que a Junta de Freguesia desse notícia, com clareza, aos representantes dos cidadãos presentes na Assembleia de Freguesia das atividades que ia desenvolvendo. -----

---- Elas estavam descritas. Como sabia quem andava nestas coisas, eram elaboradas com a colaboração dos serviços e a si cabia só destacar algumas matérias. -----

---- Na área da educação, algumas alterações se propuseram e iniciativas foram iniciadas, designadamente no sentido de estender a educação musical, alargando o âmbito do protocolo em vigor com a Foco Musical a todos os alunos do primeiro ciclo. Iam, passo a passo, e esse era o primeiro passo para, em cumprimento do programa, reforçar e aprofundar o acesso à cultura e ao conhecimento dos cidadãos de Alvalade. --

---- No programa Alvalade em Férias, havia um aumento significativo do número de destinatários e também preocupações de natureza inclusiva, designadamente face à circunstância atual que se vivia, a inclusão de alunos ucranianos, que passavam a sentir-se mais integrados na comunidade. Nesse sentido acolhia-se com bom grado e sempre que possível, as sugestões dos agrupamentos e dos responsáveis. -----

---- No âmbito da ação social, havia matérias que preocupavam, porque tinham uma natureza social muito relevante, mas ao mesmo tempo tinham implicações com outros domínios da vida da comunidade, designadamente com sentimentos de segurança. Falava mais uma vez das Murtas, em que foram já realizadas reuniões e visitas ao local, nomeadamente pela Vereadora responsável pela GEBALIS e pelas obras, visando essencialmente criar condições para a instalação de serviços e de outras associações que fossem desejadas pela comunidade que vivia ali, maioritariamente comunidade cigana, mas que também conseguissem levar sentimentos de segurança a toda a comunidade envolvente. -----

---- Foi proposto aos Vereadores responsáveis que a Polícia Municipal pudesse de novo destacar alguns elementos para aquela área e a criação de instalações para um culto religioso muito seguido pela comunidade cigana, um culto evangélico designado “Rito

de Filadélfia”. Era um desejo da comunidade e poderia ter benefícios do ponto de vista social e para essa comunidade se sentir mais incluída. -----

----- Destacava, ainda, um aprofundamento das relações com a comunidade académica. Alvalade, por razões que não dependiam da iniciativa da Junta nem da Câmara, era de facto a Freguesia com a maior comunidade académica do País. No seu território estavam instaladas as universidades que sabiam e algumas instituições privadas. -----

----- A Junta de Freguesia entendeu promover algumas reuniões, fizeram-se duas com a Reitoria no sentido de aprofundar algumas relações de cooperação, designadamente no domínio do acesso à cultura e às atividades artísticas, como também nos domínios do desporto e de melhorar as condições de rega e manutenção dos espaços verdes com maior poupança de água. -----

----- Para o efeito abordaram-se especialistas na matéria, um muito conhecido, o Professor Carmona Rodrigues, que ajudaria a desenvolver estudos sobre essa matéria e um plano adaptando aquela realidade a outras experiências já realizadas, no Campo Grande. Tendo os especialistas grande conhecimento da capacidade freática daquela região, ver alternativas tecnicamente viáveis e adequadas a maior salvaguarda das questões ambientais que podiam diminuir bastante o esforço financeiro e também ajudar na poupança de água que a Junta de Freguesia tinha que fazer. -----

----- Foi o mês do 25 de Abril. Como era do domínio público, a Junta de Freguesia entendeu referenciar os valores subjacentes ao 25 de Abril, nomeadamente a liberdade. Sendo o Executivo um defensor da democracia liberal e da diversidade de opiniões e da discussão em liberdade, era inquestionável que uma das formas de celebrar o 25 de Abril seria homenagear personalidades que muito contribuíram para que este fosse possível. Nesse sentido, decidiu-se homenagear, com a concordância da família, a Senhora Doutora Maria de Jesus Barroso, tendo-lhe sido atribuída, a título póstumo, a medalha de honra, mas também se decidiu proceder à elaboração de um busto em bronze para ser colocado no espaço público junto do Colégio Moderno, se fosse esse o local decidido em acordo com o Senhor Doutor João Soares e a Senhora Doutora Isabel Soares. -----

----- Decidiu-se celebrar um dos ícones da mensagem do 25 de Abril, o Paulo de Carvalho, que por razões não propositadas foi a senha da revolução. Seria pedida uma manifestação artística que fosse partilhada pela comunidade, um mural ou outra. A Junta de Freguesia não podia condicionar a liberdade de expressão artística e iria propor uma homenagem nesse sentido, tendo já contactado alguns artistas, até por sugestão do próprio, que aceitou e sentiu-se muito honrado em ser homenageado dessa forma. -----

----- Destacaria, ainda, a constituição dos conselhos consultivos. Entendia-se que nalgumas matérias, face à complexidade e necessidade de ter conhecimentos aprofundados, que fundamentassem melhor as decisões, convidaram-se especialistas para participar. Seriam criados mais conselhos consultivos sempre que as necessidades e que os temas obrigassem, mas face às prioridades estabelecidas no programa, criou-se para já, um conselho consultivo na área dos assuntos sociais e da saúde. Convidou-se para o efeito, e aceitaram todos, personalidades de reconhecida competência e mérito, que constituem uma mais-valia. -----

----- Também na área da cultura se criou um conselho, até porque se queriam reformular os critérios de atribuição dos apoios, aproximando-os dos critérios praticados na Europa e também pelo Governo. Nesse sentido, convidaram-se personalidades de reconhecido mérito na área da cultura para ajudarem a estabelecer critérios e estratégias de longo prazo que permitissem garantir maior sustentabilidade e suporte académico nas decisões que se viessem a tomar. -----

----- No domínio da promoção da atividade económica, apresentou-se o primeiro documento já completo, para a manifestação de intenções à candidatura dos Bairros Digitais, que tem como associados a EMEL e a Associação do Comércio e Serviços de Lisboa. -----

----- Ficava disponível para responder a todas as perguntas. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** começou por saudar o alargamento do protocolo com a Foco Musical, que já ia do anterior mandato. -----

----- Fazia uma menção porque talvez não chegassem a esse ponto, mas era o Dia Nacional do Cigano e havia o ponto do protocolo com as mulheres ciganas, talvez não conseguissem lá chegar, mas deixava essa nota e saudava o esforço que o Executivo tinha feito com a comunidade das Murtas e com as questões da Escola Eugénio dos Santos. -----

----- O Senhor Presidente da Junta tinha referido que ia rever o relatório de avaliação do grau de observância de respeito dos direitos e garantias constantes do estatuto da oposição, que se encontrava com erros, que foram ali referidos e não foi distribuído um novo relatório para ser apreciado. Dava nota que, por exemplo, receberam no dia 21 a resposta a uma interpelação da CDU que foi apresentada no dia 12 de novembro de 2021, com o prazo muito esgotado. -----

----- Verificava-se, novamente, que o Senhor Presidente da Junta se recusava a endereçar as obrigações impostas pelo plano de prevenção de riscos de gestão, de corrupção e infrações conexas, fosse na transmissão de reuniões do Executivo sem período de intervenção do público, fosse na apresentação do relatório do grau de cumprimento desse plano, nomeadamente o referido no ponto 5. -----

----- Todos davam importância e, tal como já foi referido no passado, Alvalade estava no topo ao nível das Freguesias da cidade. Com certeza haveria sempre espaço para melhorar, como em tudo na vida, mas que pelo menos mantivessem o que existia. -----

----- O Senhor Presidente da Junta tinha conseguido escrever cinco páginas para tentar justificar a não transmissão de reuniões do Executivo sem período para público, mas como tinha dito e até assumido ali, o Senhor Presidente da Junta não tinha interesse em fazê-lo. Portanto, na verdade, não valia a pena ter escrito cinco páginas, bastava dizer que não queria, o que aliás disse. -----

----- Não foram publicados os documentos da reunião da Assembleia de Freguesia de 13 de maio, nem a convocatória da presente sessão no site da transparência. Foi publicado no site apenas o edital, mas não a convocatória no local próprio. -----

----- Uma vez mais, já depois de oito meses de mandato e apesar do PS ter apontado a falha, apenas após pergunta por escrito, o Senhor Presidente da Junta respondeu, dizendo que apenas tinha que colocar à apreciação as condições para o exercício do mandato na situação de tempo inteiro. Podia-se concluir que não se encontrava a tempo inteiro, uma vez que não colocou essa proposta em Assembleia de Freguesia. De todo o modo, não se sabia qual era o regime em que o Senhor Presidente exercia o seu mandato, Alvalade não conhecia. -----

----- Saudou a informação constante no ponto 2.3, páginas 5 e 6, o registo dos procedimentos de contratação com a repartição de encargos ao abrigo da autorização genérica. Também saudava as coisas positivas. -----

----- No âmbito da operação do serviço de higiene urbana havia referência a alguns modelos de controle de atividade do sistema de gestão da qualidade, mas não houve referência ao controle de quantidade de resíduos recolhidos. Gostaria de saber se deixou de ser feita, se continuava a ser feita quais eram os indicadores, quais foram os arruamentos que foram varridos ou lavados. -----

----- O relatório operacional do serviço de higiene urbana deixou de ser distribuído na Informação do Presidente da Junta, como era no anterior mandato. Aí deixava a preocupação, seria possível escrever cinco ou mais páginas para justificar porque não se distribuía o relatório operacional do serviço de higiene urbana, mas era mais útil distribuir, do que escrever cinco páginas para justificar que não se fazia. Dessa forma conseguiriam saber qual era o desempenho, com indicadores concretos do serviço de higiene urbana. -----

----- Na página 24, saber qual o ponto de situação dos projetos relativos à mobilidade ciclável, nomeadamente na Avenida de Roma e no projeto de requalificação da Avenida Almirante Gago Coutinho, resultante da reunião que o Senhor Vogal Tomás Gonçalves teve com o Senhor Vereador Ângelo Pereira.-----

----- Perguntou quando se avançaria para a execução do projeto de implementação de medidas de acalmia de trânsito na Avenida Dom Rodrigo da Cunha, proposto pela Direção Municipal de Mobilidade no final do outro mandato. Não iam nessa altura avançar com essa intervenção, mas o projeto estava na Junta, e eram muito importantes essas medidas de acalmia nesse arruamento.-----

----- Repetindo o que foi referido na anterior sessão, tal como sempre aconteceu na Freguesia desde o seu nascimento, toda a oposição devia ter à sua disposição a informação que precisava para o exercício de um real escrutínio do trabalho do Presidente da Junta e do Executivo. Com isso ficava a ganhar o Senhor Presidente da Junta, o Executivo, a Assembleia de Freguesia, os alvaladenses e a cidade. O apelo que uma vez mais fazia, era que, em vez de despender energia em justificar o não dar informação, ou não dar a devida exposição pública, que aplicasse essa energia em dar a exposição pública. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Nuno Lopes (MMA)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que tinha poucas questões e uma já foi falada relativamente à página 29, a situação sobre os projetos cicláveis da Av. de Roma e Av. Almirante Gago Coutinho. O “Mudar Alvalade” também gostaria de saber como decorreu essa reunião, em que ponto estava essa situação. -----

----- Aproveitava para perguntar como estaria a questão da petição aprovada na Assembleia Municipal de Lisboa por unanimidade, no dia 27 de julho de 2021, que consistia na alteração do estacionamento exclusivo a moradores na zona comercial de Alvalade, nomeadamente na Rua Acácio de Paiva, Rua José D’ Esaguy, Rua Marquesa de Alorna, bem como a alteração no sentido do estacionamento de algumas dessas ruas. A última informação que tinha da Junta de Freguesia era que esses projetos iriam arrancar em maio. Já estavam em final de junho e ainda nada aconteceu, pelo que gostaria de saber qual o ponto de situação relativamente a isso. -----

----- Deixava uma nota ao Executivo sobre a questão da EMEL multar pessoas às 23 horas da noite. Se calhar era relativo a residentes, mas tinha de se ter um equilíbrio. Sabia-se que Alvalade era um bairro comercial, onde viviam muitas pessoas, mas também vinham muitas pessoas de fora e tinham de saber conviver com elas. Tinha de se achar um meio termo, uma vez que o problema do estacionamento não era de agora, nem se ia resolver no dia seguinte. Tinha de haver uma solução porque multar não era a melhor situação. Não estava já a propor uma solução, mas com certeza deveriam conversar com a EMEL. Havia muitos comerciantes a queixarem-se ao “Mudar Alvalade” porque as pessoas vinham de fora e quando acabavam de jantar era desagradável terem mais uma multa, era um segundo jantar. Se queriam receber bem as pessoas na Freguesia tinham de entender este problema. Era só uma nota que o “Mudar Alvalade” deixava ao Executivo. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Frederico Lira (CDU)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** começou por pedir ao Senhor Presidente da Assembleia que intercedesse junto do Presidente da Junta de Freguesia para que a informação escrita, retirada do computador, para o qual saudava os trabalhadores que tinham um trabalho bastante grande, com informação também passada pelos Vogais, fosse distribuída mensalmente. Isso, de certa forma, até responderia a questões que alguns Membros da Assembleia levantavam, em relação à quantidade de assuntos e de informação. -----

----- A CDU seria a favor de mais Assembleias de Freguesia para poderem discutir os assuntos, mas pelo menos, enviar mensalmente um extrato de informação escrita não parecia ser uma coisa tão complicada. -----

----- A informação escrita estava no ponto certo da ordem do dia, até porque as Assembleias de Freguesia não eram só para servir os Executivos. A Assembleia também tinha os seus direitos e obrigações e capacidade de fazer a sua própria consulta, a sua própria execução e o seu próprio trabalho. -----

----- Tinha uma curiosidade, uma vez que na informação escrita estavam referidas algumas coisas, perceber o que estava a ser preparado ao nível das oficinas para crianças no próximo ano letivo. Saber o que estavam a pensar fazer, se iam continuar os projetos. Foi dito que alguns seriam para continuar, mas era uma pergunta que fazia, até para poderem pensar nisso com calma, porque não havendo nenhuma Assembleia de Freguesia extraordinária, esta seria a última antes do ano letivo se iniciar. Seria importante perceber em que rumo estavam.-----

----- Havia uma questão, não sabia se era um erro seu, mas tinham uma comunicação visual da Junta que começava a ser nova, o site parecia ter umas coisas diferentes. Não sabia se era verdade ou não e se era assim, ainda estava em curso, não parecia estar terminado. Gostaria de saber se o projeto já estava a ser lançado de renovação do site, etc. Pessoalmente não tinha percebido se era aquele o símbolo que ia ficar, que lhe parecia fraquinho, mas isso eram opiniões e a beleza estava sempre dependente de muitos critérios. -----

----- Um ponto ainda, referia os pedidos de fiscalização à Polícia Municipal de ocupações ilegais no Bairro das Caixas e acompanhamento das situações anteriormente sinalizadas. Gostava de ter mais detalhes sobre isso, que situações foram, porque tinham recebido queixas de moradores que estavam a tentar melhorar o logradouro, alguns dos quais já tinha visitado. Havia uma tentativa de repor as condições do logradouro dentro de um ecossistema mais sadio e mais adequado ao clima atual e os moradores abordavam no sentido de, palavras suas, parecerem importunados com a fiscalização. Pelo menos esses, não sabia quais eram os outros casos e esperaria que o Senhor Presidente da Junta lhe pudesse dar detalhes sobre isso. -----

----- Precisavam saber mais detalhes também, em relação aos logradouros, nomeadamente aquele onde se encontrava o Jardim da Celeste, em que havia queixas em vários sentidos, quanto a construções que não estariam nos planos discutidos, quanto a obras que poderiam ter ficado por realizar ou que não fossem executadas. -----

----- Tinha a impressão que a duração do contrato obrigava o empreiteiro a repor ou modificar alguma coisa que pudesse estar a terminar. Era uma coisa que se lembrava de cor, não tinha ido verificar, mas sendo assim, se calhar, era importante verificar e se a Junta teria de agir perante o empreiteiro por alguma razão. Sabia que o Senhor Vogal Tomás tinha falado com uma ou duas dessas pessoas e estaria a par, e um esclarecimento seria adequado. -----

----- A questão dos prazos após a receção de obra aplicava-se a todas as obras, naquela zona e noutras, que tivessem sido feitas e até transitando do Executivo anterior. -----

----- O Bairro das Caixas foi um projeto feito de forma unificadora, onde o objetivo era que houvesse um trânsito interior ao bairro. A fluidez era o que estava no conceito original, inspirado nos jardins verdes dos anos 20, principalmente em Berlim e no Reino Unido. Foram criados os muretes de lado, que eram posteriores a isso e que não faziam parte do plano. Portanto, gostaria de perceber qual era o estímulo que o Executivo tinha para recuperar parte do que estava perdido desse conceito original. Deixava uma referência ao nome de Francisco Caldeira Cabral, arquiteto paisagista, que se calhar, devia ter um reconhecimento maior... A pergunta era se a Junta tinha algum plano para concluir os logradouros conforme os planos iniciais, mantendo-os livres de barreiras, mas garantindo a privacidade dos moradores. -----

----- Já tinha sido referido, mas gostava de saber mais sobre a reunião acerca das ciclovias, para perceber o ponto de situação e para saberem quando poderiam esperar um debate amplo e transparente sobre esse questão.-----

----- Em relação à Assembleia das Crianças, onde tinha gostado muito de estar presente, queria saber a razão para só terem aparecido crianças do agrupamento de escolas Rainha Dona Leonor. Nalgumas das escolas a escolha foi um bocado por seleção de professores. Era louvável a Assembleia aderir a esse projeto, mas seria necessário a Junta garantir que a democracia existisse de facto. -----

----- Já tinham ouvido algumas coisas sobre o Bairro das Murtas e exigia-se um pouco mais de esclarecimento sobre o que foi transmitido e o que se estava a passar, porque nalgumas partes, a maneira como se apontava o dedo parecia quase xenofobia. Havia o problema da segurança e já receberam recomendações, pedidos, etc. para esclarecimento de vários fregueses. Portanto, saber um pouco mais de como recomeçaram esses problemas, o que estaria por trás dessas ações, relacionadas com o Bairro das Murtas em particular. A certa altura também se referia o Fonseca e Calçada e, portanto, seria importante perceber o que se passava. -----

----- Em relação aos funcionários da escola, continuava a haver um pedido imenso de pais, escolas, etc., pela falta de auxiliares, o que causava dificuldades no normal funcionamento das escolas, havendo problemas diários nos recreios em qualquer escola. Também sabia que, nesse caso em particular com a Escola Eugénio dos Santos, existia um programa a ser desenvolvido com a associação de pais. Portanto, qualquer esclarecimento também seria bem vindo. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Rodrigues (BE)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro José Rodrigues (BE)** disse que começava de uma forma positiva, saudando o trabalho feito em torno da cultura. Porém, o 25 de Abril também fazia parte da cultura, sendo os 50 Anos um marco assinalável e que por pouco não passava ali. ----

----- O acompanhamento do pelouro animal, nomeadamente na situação dos gatos, era de notar e esperava que continuassem o bom trabalho. -----

----- Na proposta enviada ao BE acerca do Jardim dos Moradores, novamente se constatava que o tempo para a conclusão se revelou impreciso. Na documentação enviada para a Assembleia lia-se o seguinte: -----

----- *“Os trabalhos de construção civil encontram-se quase finalizados, estando em falta a colocação de equipamentos, fecho e testes de rega, plantação e acabamentos finais”*-----

----- Era de recordar um compromisso que houve por parte da Junta, um compromisso anterior, em que algumas coisas não se comprovavam. Uma quantidade considerável de vegetação não foi preservada, nem replantada, como combinado, a zona central de grande importância, por ser a zona de merendas, ao contrário do assegurado, não tinha em consideração um eventual acesso de cadeira de rodas. O modelo dos bancos na zona de merendas não era o adequado para um dos principais públicos alvo, os idosos. -----

----- Após verem o modelo ilustrativo, foi assegurado que o modelo não seria vinculativo e afinal era. Essas questões eram factuais e, nesse sentido, questionava de que forma iriam aproximar-se das vontades dos setenta moradores envolvidos no processo que se manifestaram e mobilizaram em torno disso. -----

----- A informação avançada nos documentos urgentes, denota um interesse em recuperar os percursos danificados no Parque José Gomes Ferreira, no entanto não havia uma menção a um aspeto fundamental e que eram as instalações sanitárias, que colocavam uma carga brutal sobre o Café da Mata e na higiene urbana. Perguntava se isso estaria no horizonte. -----

----- No âmbito dos espaços verdes, era importante clarificar qual o produto que estava a ser usado para o controle das ervas. Em determinado momento estavam a ser utilizados métodos que não constituíam perigo para a saúde, contudo alguns fregueses manifestavam preocupação que o controle estivesse a ser feito com recurso a produtos como o *Roundup*, associado a várias patologias e nomeadamente ao cancro. -----

----- No âmbito da atribuição de pequenos jardins, foi-lhes dito que o processo de atribuição de placas identificativas seria retomado. Sendo responsável pelo cuidado de um canteiro público podia afirmar que tal não sucedeu e estava a falar de quase um ano. Não houve contacto por telefone, nem por e-mail. -----

----- Essas placas tinham uma função pedagógica, de capacitação dos fregueses a cuidarem do espaço público, fazendo uma contribuição estética ao mesmo tempo que contribuíam para a manutenção da biodiversidade, sendo que o regulamento aprovado por unanimidade na Assembleia não tinha divulgação por parte da Junta. -----

----- Poucos ou nenhuns pedidos de esplanada, pelo menos daqueles que eram para o alcatrão e não para o passeio, foram deferidos no passado, mesmo quando tinham o parecer favorável do Município e da EMEL. Entretanto, já se comprovou que essa medida era, do ponto de vista económico, uma mais-valia para os estabelecimentos, que ainda estavam a recuperar dos mais difíceis momentos pandémicos. Queria perceber se havia uma mudança no paradigma e na atuação da Junta de Freguesia nesse licenciamento. -----

----- Gostaria que também clarificassem algo sobre o apoio técnico para a instalação do ecocentro móvel, com a remoção de alguns pilaretes. Não tinha percebido bem como isso se iria processar. -----

----- Sendo a acalmia do tráfego algo com muita importância para a saúde e segurança dos fregueses, queria saber o ponto de situação. Houve uma reunião, cujo objetivo era obter um ponto de situação sobre diversos pedidos encaminhados pela Junta de Freguesia relativos à colocação de sinalização vertical, a alteração de sinalização existente ou projetos de acalmia de tráfego. Era algo que muitos moradores tinham questionado e entendia muito importante. -----

----- Tanto a CDU, como o PS, já tinham pedido uma atualização sobre o projeto de requalificação da Avenida Gago Coutinho e da ciclovia na Avenida de Roma. -----

----- Retomando os espaços verdes, saber uma atualização sobre a visita à Escola Básica Santo António com o Vereador Ângelo Pereira, acerca do impacto das obras no arvoredo e nos espaços verdes. Estava previsto o transplante e o abate de dezenas de árvores que foram plantadas na fundação do bairro. Também achava que foi projetado por Caldeira Cabral, mas podia estar enganado. Sabia que foi dada uma resposta apaziguadora, que afinal o que estava anunciado na entrada não era bem assim. Contudo, os pais dos alunos e os moradores continuavam a manifestar uma preocupação, porque isso não só mudava a relação dos alunos com a natureza, como de toda a gente que ali vivia e também do ecossistema existente. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que em algumas questões pedia autorização para que depois o Vogal Tomás Gonçalves e a Vogal Ana Rita Constenla pudessem responder com melhor detalhe nas questões da sua competência. -----

----- Em relação ao cumprimento da legislação aplicável, iria escrever cinco, dez, trinta, cinquenta, porque já dissera ali três vezes qual era o seu entendimento. -----

----- Como era jurista de formação tinha obrigação de saber interpretar a Lei e entendera de uma vez por todas fazer uma opinião fundamentada. Talvez fosse uma boa sugestão dizer ao Senhor António Costa, no órgão executivo nacional que passasse a fazer o mesmo... era um órgão executivo e as Juntas de Freguesia não eram menores por serem só de uma circunscrição territorial. -----

----- Para além disso, todas as deliberações da Junta de Freguesia, com efeitos jurídicos, eram publicadas e aquelas que eram transmitidas à Assembleia de Freguesia decorriam da Lei. Os despachos e as deliberações da Freguesia relativas ao exercício de funções a meio tempo ou tempo inteiro não eram obrigatoriamente transmitidas, a não ser aquela que era para a verificação dos requisitos do exercício a tempo inteiro do Presidente da Junta. -----

----- Acima das opiniões ou intensões de oposição política havia a Lei, que determinava o procedimento que tivera oportunidade e a obrigação de responder à pergunta do PS e explicar porque não tinha que ir. Além disso, não era a sua opinião e até podia facultar a opinião de alguns doutos juristas e instituições, nomeadamente as CCDDR, que já emitiram parecer sobre essa matéria. -----

----- Limitava-se a dar cumprimento àquilo que a Lei previa e também aos pareceres das entidades competentes, que sobre essa matéria já se pronunciaram. -----

----- Em relação aos relatórios da higiene urbana continuavam a ser feitos e assumia o compromisso de enviar todos os meses à Assembleia de Freguesia, para quem quisesse ter conhecimento, de todas as atividades desenvolvidas. -----

----- Quanto à Oficina das Crianças, o projeto estava em elaboração com o objetivo de aumentar a oferta e o número de atividades no domínio do desporto e da cultura. -----

----- Sobre o projeto de renovação do site, na altura tivera oportunidade de dizer que era uma alteração de lettering, não se alterou o modelo, nem o desenho que foi escolhido pelo Executivo anterior, porque até decorreu de um concurso de ideias. -----

----- Tinham sido alertados pelos técnicos da Junta de Freguesia que a letra que estava a ser utilizada não estava autorizada e que estariam em violação. Não era grave, mas aproveitava-se para utilizar uma letra de acordo com a Lei. Na prática só foi isso que fizeram. -----

----- O site estava a ser desenvolvido para ser renovado, com certeza que quando estivesse pronto seria apresentado. -----

----- Quanto à pergunta, já recorrente, relativamente ao plano de prevenção de riscos de gestão e infrações conexas, era jurista e da administração pública. No Ministério da Cultura tinha sido responsável pela elaboração de alguns planos e ficava muito admirado, mas podia ser que na legislação autárquica houvesse uma norma especial, mas não havia. -----

----- Havia uma comissão interna que tinha os dirigentes, a Doutora Joana Vilela, o Engenheiro João Santos e o responsável das Finanças, que já elaborou um projeto de relatório, mas havia um protocolo com a Associação Transparência e Integridade que também previa a integração. -----

----- O que a Lei determinava era que o plano devia ser elaborado por cada ano civil e submetido para aprovação no final do ano. Não estavam no final do ano e não via razão nenhuma para o apresentar agora e por isso estava muito admirado, pensando que houvesse uma norma especial na administração local e por isso procurara saber se

estava errado. A Lei 93/2021 estava a ser cumprida e não via qual era a razão para essa insistência. Se houvesse grandes notícias de corrupção, com certeza até já iam nos jornais. Não sabia qual era a grande importância, se fosse só para fazer oposição. Tinha muita pena, mas a Lei não previa essa matéria, se era para alguma coisa relevante, até ao momento não detetara.-----

----- Sobre os produtos que estavam a ser utilizados, de acordo com a informação dos serviços de higiene urbana, eram todos os produtos que a Lei previa e com parecer prévio dos veterinários competentes, que autorizavam a utilização dos produtos, mas estavam abertos a sugestões que pudessem melhorar. Essas matérias eram coisas sérias, a proteção da vida animal e humana devia ser uma preocupação de todos. -----

----- O que sabia era que tinham de cumprir a Lei e estavam a cumprir, mas se pudesse melhorar, aceitavam sugestões e gostaria que as fizessem, não tinham a pretensão de saber tudo nem de fazer tudo perfeito. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Vogal Ana Rita Constenla** foi-lhe concedida. -----

----- **A Vogal Ana Rita Constenla** disse que, em relação à Assembleia de Crianças, o agrupamento de escolas Rainha Dona Leonor foi o único que respondeu. Numa primeira fase foi enviado pela Assembleia Municipal um e-mail para todas as escolas públicas e privadas da Freguesia, e-mail esse, que se reforçou com um telefonema e ao qual ninguém respondeu, ninguém disse se queria ou não. O agrupamento Rainha Dona Leonor foi o único que respondeu e que deu o nome de algumas crianças. -----

----- Depois efetuou-se uma Assembleia de Freguesia, sendo as crianças eleitas e foram à Assembleia Municipal, onde representaram brilhantemente a Freguesia. Foram entrevistadas pela Time Out, o que deveria sair brevemente. -----

----- A Junta não teve nenhuma intervenção direta sobre a escolha dos alunos, foi tudo feito com a maior das imparcialidades. -----

----- Em relação ao problema das assistentes operacionais. A Junta de Freguesia só era responsável diretamente pela contratação das assistentes operacionais para o jardim infantil. No final do ano houve umas baixas tanto na escola do Bairro de São Miguel. como na escola básica de Santo António. Aí aconteceu um problema de uma fuga de informação de uns dados da senhora assistente operacional, criou-se uma situação um pouco complicada e que foi resolvida da melhor forma que conseguira, em conjunto com o coordenador da escola, o Professor Rui. -----

----- Se contratassem uma assistente operacional no final do ano, a assistente que estava a acabar o ano letivo já não continuava no início do ano letivo seguinte e o Professor Rui preferiu ficar com uma das assistentes que tinha e não contratar, porque conseguiu colmatar a situação. -----

----- No Bairro de São Miguel também faltou uma assistente operacional, que meteu baixa. Depois houve um e-mail de um encarregado de educação, ao qual a Professora Hermínia respondeu, a dizer que já estava a ser tratado e iria entrar uma contratação passados dois dias, portanto não havia tanta necessidade de fazer um tal alarido e alarimar tanto as pessoas. -----

----- Sobre a escola de Santo António, o processo iniciou-se com o Vereador Robles na Câmara Municipal e só agora foi finalizada. Tinha que se fazer o projeto, aprovar, fazer alterações ao projeto, havia uma série de passos e tudo isso demorou mais de cinco anos. Entretanto também foi feito um estudo fitossanitário às árvores que existiam na escola e não era possível entrarem lá retroescavadoras. Algumas árvores estavam mesmo já mortas ou em perigo de contaminar as restantes, essas tinham que ser retiradas. As que ficavam, iriam ser transplantadas e colocadas novamente na escola, à semelhança do que aconteceu na Praça de Espanha. Não era possível estar a operar na escola com as árvores no meio. -----

----- A questão da horta também era um bocado complicada, havia os planos da horta, que no final seria garantida, mas não no mesmo sítio. Seria acautelada a construção de uma nova horta em conjunto com a escola. -----

----- Tinha estado na escola de Santo António no início da semana, no projeto Ecoescolas, o Professor Rui tinha pena daquela horta, mas não era possível impedir que alguém pisasse a horta e matasse as plantas, portanto, o melhor seria transplantar as plantas para outro lugar, o que estava a ser feito, e plantá-las num sítio definitivamente. O Professor Rui estava bem com a situação, havia uma encarregada de educação que estava menos contente, mas a alternativa era não fazer as obras, parar as obras por completo e talvez daí a 25 ou 30 anos começarem um novo projeto para a requalificação daquela escola. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Vogal Tomás Gonçalves** foi-lhe concedida. -----

----- **Vogal Tomás Gonçalves** disse que relativamente ao projeto da Avenida de Roma já tiveram reunião com a Direção Municipal de Mobilidade, tal como já estava na anterior informação escrita. Falou-se do projeto, falou-se também do projeto com o Vereador Ângelo Pereira, ficaram de discutir mais profundamente e que os técnicos pudessem explicar o que lá estava. Segundo entendia, o projeto já estava fechado e tinham que saber se iriam implementar o projeto depois dos técnicos explicarem. Percebia alguma coisa de arquitetura mas não era de todo arquiteto e ficaram de explorar mais essa situação. -----

----- Relativamente ao projeto da Avenida Gago Coutinho, podia partilhar algumas informações que lhe pareciam relevantes. O anterior Executivo fez uma proposta à Câmara Municipal, em junho de 2021, relativamente à requalificação de parte dessa avenida, mas os serviços da Junta de Freguesia não receberam resposta por parte dos serviços técnicos da Câmara Municipal. Parecia-lhe que teriam alguma dificuldade para implementar esse projeto rapidamente e uma proposta que o atual Executivo faria à Direção de Mobilidade seria dividir esse projeto em duas fases, por várias razões. -----

----- Se fosse para implementar o projeto numa só fase obrigaria a uma negociação com os condomínios para cederem parte do seu espaço, o que era uma negociação sempre mais demorada. Podiam avançar com a requalificação dessa zona da Freguesia começando pelos eixos viários, pelo estacionamento e pelo passeio público. Numa segunda fase, depois da negociação com esses condomínios e se obtivessem a concordância de todos, podia colocar-se a ciclovia e deixavam de perder mais tempo.---

----- Sobre os projetos de acalmia de trânsito, fizeram-se várias propostas à Direção de Mobilidade. Relativamente ao projeto que o Membro José Ferreira, e bem, falou, ficaram de negociar com a Câmara Municipal para que esse projeto pudesse ir num CDC futuro. A Junta de Freguesia, a exemplo do anterior Executivo, não mostrou interesse em poder realizar essa obra e portanto seria negociado no âmbito de um CDC mais alargado para as Juntas de Freguesia. -----

----- Quanto à petição que foi realizada e analisada na Oitava Comissão da Assembleia Municipal, em que foi aprovada, a informação que tinham desde a reunião com a Diretora Municipal e equipa, era que estava para despacho e que seria implementada o mais rapidamente possível. Isso não dependia da Junta de Freguesia, em que o seu papel era fazer essa sugestão à Direção de Mobilidade. Fez-se, colocou-se o alerta, era uma obrigação que a Câmara tinha de cumprir, porque foi uma deliberação da Assembleia Municipal. Esperava que fosse efetuada o mais rapidamente possível. -----

----- Relativamente à fiscalização a horas mais impróprias por parte da EMEL, as pessoas também tinham que perceber que existiam regras. Acreditava que por vezes a EMEL não tinha alguma sensibilidade para algumas questões, mas era uma empresa municipal, que tinha uma administração própria, que supostamente era independente e

tinha que cumprir as suas funções de fiscalização. Os cidadãos também tinham que cumprir, percebendo que por vezes eram rigorosos demais a aplicar, mas as regras tinham que ser cumpridas. -----

----- Quanto aos logradouros, na verdade já houve algumas reuniões com duas moradoras da zona, uma delas era para estar ali e já falara várias vezes, não só por e-mail, mas por contacto telefónico, sobre essas questões. Deixava algumas notas que lhe pareciam importantes. Houve um investimento, no passado, relativamente à requalificação de alguns logradouros, fizeram-se projetos e foram aprovados e implementados. Gastou-se dinheiro público e o atual Executivo não ia voltar com os projetos todos para trás, seria deitar dinheiro público fora. -----

----- Em algumas situações foi-se complementando, ou o processo foi sendo terminado, tentaram-se encontrar algumas soluções com as freguesas e tentando acompanhar algumas preocupações. Outras preocupações não poderiam acompanhar, porque isso seria reverter aquilo que já estava feito no local, seria desperdiçar dinheiro público. Uma coisa era se concordavam ou não, politicamente, com a obra executada, mas a partir do momento em que a obra era executada, o Executivo tinha que manter alguma responsabilidade na gestão dos dinheiros públicos. -----

----- Quanto à fiscalização da Polícia Municipal, sempre que os serviços da Freguesia encontravam alguma construção em espaço público e que lhes parecesse não estar de acordo com a legislação, a PM ia lá e parecia que, até à data, não foi levantado nenhum auto em relação a essas matérias. Portanto, não entendia a questão que foi levantada, que os moradores se sentiam importunados... A Polícia Municipal servia também para fazer essa fiscalização e se não havia qualquer irregularidade, era porque estava legal. --

----- O Jardim dos Moradores era um tema que o preocupava. Os equipamentos já foram instalados, o sistema de rega também, estavam a tapar as valetas onde foi instalado o sistema de rega, faltava fazer alguns trabalhos finais e os trabalhos de limpeza da obra. O empreiteiro era para ter terminado em novembro de 2021, acreditava que tivesse havido algum atraso pelas dificuldades iniciais, em virtude de haver um sem-abrigo no local. -----

----- A obra começou mal, não era certamente a pretensão do Executivo anterior, mas por vezes o que nascia torto ficava mais difícil depois de acompanhar. A verdade era que o empreiteiro também apanhou um momento conturbado, não só pela falta de materiais em virtude da pandemia, como o aumento da inflação, o aumento dos custos. Teve que encontrar algumas alternativas e tinham que compreender isso, porque a solução alternativa era entrar em rutura com o empreiteiro, sendo que a obra iria sair bastante mais cara e, se calhar, demorar mais tempo. -----

----- Apesar de estarem a fazer algum forcing junto do empreiteiro tinham que compreender as dificuldades que o mercado da construção enfrentava. Não podiam esticar muito a corda, senão ao fim do dia, a obra podia não ser terminada e custar mais dinheiro ao erário público, caso o empreiteiro não conseguisse cumprir com as suas obrigações. -----

----- Era uma obra que incomodava, que já devia estar acabada, os espaços verdes já deviam estar a ser usufruídos pela população. -----

----- Quanto às instalações sanitárias do Parque José Gomes Ferreira e o CDC para manutenção regular do parque, o que se pretendia era tentar negociar com a estrutura verde da Câmara Municipal um CDC adicional para fazer reparações mais de fundo, a reparação de caminhos, introdução de luminárias, se calhar novas plantações, a reparação de equipamentos desportivos. A reparação do parque infantil era um tema que preocupava, a manutenção era da Câmara Municipal mas o parque infantil precisava de obras mais profundas e estavam a trabalhar nessa situação com a Câmara de Lisboa,

porque a Junta de Freguesia não tinha fundos, nem era da sua responsabilidade fazer intervenções mais profundas no Parque José Gomes Ferreira. -----

----- Em relação às esplanadas em lugares de estacionamento, havia uma recomendação da Câmara Municipal sobre a permissão da utilização de lugares de estacionamento para esplanada. O Executivo decidiu, a exemplo do que era prática, não permitir, em virtude da falta de estacionamento existente no Bairro de Alvalade e que era do conhecimento público. -----

----- Percebiam que isso podia colocar alguns prejuízos aos comerciantes, mas de outra forma também iriam prejudicar os moradores da Freguesia. Decidiu-se manter a política que estava a ser adotada para não prejudicar ninguém. -----

----- Queria complementar algumas informações relativamente às obras na escola básica de Santo António. Realmente, o projeto já tinha sido aprovado no anterior Executivo camarário, em que a responsabilidade da educação era do BE, um pelouro gerido por um especialista em imobiliário e certamente em obras, o Ricardo Robles. -----

----- Essa era uma obra que foi aprovada, em oito meses o Executivo Camarário não tinha tempo de realizar um projeto de arquitetura, projetos de especialidade, partir para a execução. -----

----- Naturalmente que a situação das árvores preocupava qualquer pessoa, mas naquele espaço, em particular, não poderia haver obras de qualificação profundas sem que houvesse impactos em algum arvoredo. Estavam previstos alguns transplantes, mas outras, por motivos óbvios e por falta de espaço, a escola encontrava-se num local de difícil acesso, a Junta de Freguesia não tinha qualquer responsabilidade na gestão da obra. Contudo, os técnicos da Junta de Freguesia já se disponibilizaram e reuniram com a SRU para encontrar a melhor forma de entrada dos camiões para a obra e para a montagem do estaleiro, fosse através da zona da Avenida de Roma ou através da Avenida do Brasil. Também para encontrar soluções para a instalação da escola temporária, através dos contentores que demoravam cerca de três semanas a serem instalados. -----

----- Percebiam a preocupação em relação ao arvoredo, mas tal como tinha explicado e dado a posição ao Senhor Vereador e à Diretora Municipal, também era importante que essa requalificação da escola avançasse. Era a última escola da Freguesia a sofrer essa intervenção muito importante, tinha os seus constrangimentos, teria impacto nos espaços verdes e no espaço público circundante, em virtude de estar localizada num local de difícil acesso, mas depois haveria a reposição. -----

----- Havia um despacho do Senhor Vereador, por cada árvore que fosse abatida tinha que se plantar duas árvores e a situação podia ser mitigada nesse sentido. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** referiu que, para quem tivesse dúvidas sobre os autores dos espaços verdes, havia um livro que era uma tese de mestrado do Senhor Professor Doutor Arquiteto João Pedro Costa. Falava à vontade, porque ele até foi eleito pelo PSD no mandato anterior, era a tese de mestrado dele e era uma referência. Não constava que Caldeira Cabral tivesse feito, na célula 1 e na célula 2, qualquer traço, fez sim Ribeiro Telles. -----

----- A ideia de que Caldeira Cabral fez lá qualquer coisa era no sentido de desvalorizar a última palavra que Ribeiro Telles teve sobre as células 1 e 2, sobre pôr estacionamento em tudo. Foi isso que ele escreveu. Havia também uma revista com um artigo sobre o assunto que podia fazer chegar a quem quisesse, se houvesse dúvidas. -----

----- Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, disse que parecia haver alguma confusão entre o “*tem que*” e o “*pode*”. Todas as referências legais que o Senhor Presidente referiu, não tinha que, fazia o que estava na Lei, mas podia fazer mais,

ninguém o impedia de fazer mais. Era a vontade de fazer ou não fazer, que alterava e o Senhor Presidente da Junta não tinha essa vontade, tudo bem.-----

----- Uma vez que tinha falado do Conselho de Ministros, podia também fazer sempre uma conferência de imprensa quando acabava a reunião do Executivo privada. -----

----- Agradecia a remessa dos relatórios do serviço de higiene urbana de forma mensal, mas era muito importante que eles fossem também publicados no site transparência, para ficarem disponíveis. Para além de receberem por mail, ficassem disponíveis para todos, quem tivesse interesse na temática da gestão urbana na Freguesia. -----

----- Sobre o relatório e não o plano, o que faltava era o relatório do grau de cumprimento do plano de prevenção dos riscos de corrupção em 2021, que já acabou. O Senhor Presidente podia sempre dizer que não tinha, mas podia, e podendo, acontecia.--

----- Em relação à intervenção do Vogal Tomás Gonçalves, dizer que os projetos que foram executados na célula 1 do Bairro das Caixas foram projetos aprovados pelos serviços municipais e pelos serviços da Junta, alguns até foram feitos pela EMEL. Foram apresentados e discutidos com a população e incorporaram muitos contributos. A população não era só uma pessoa, que tinha uma certa visão, era um conjunto. -----

----- Normalmente, nessas coisas a posição certa era aquela em que as pessoas estavam uniformemente descontentes, porque dificilmente seria possível ficar toda a gente contente. A situação certa era aquela em que todos conseguiram qualquer coisa, mas também tiveram que ceder qualquer coisa.-----

----- Fazer uma intervenção, o Senhor Vogal já disse que não faria, não era apenas desperdiçar o investimento que foi feito, era também destruir as valências que eram oferecidas no local, como fossem: estacionamento; caminhos pedonais, aliás como já foi referido com reposição; parques infantis; mobiliário urbano; pequenos jardins, por exemplo no logradouro do lado esquerdo da Antónia Pusich, com vários pequenos jardins que já tinham as placas; também hortas que estavam atribuídas. -----

----- O Jardim dos Moradores não foi escolhido pelo anterior Executivo, foi escolhido por concurso público, que resultou na escolha daquele empreiteiro. -----

----- Quanto ao parque infantil, iria falar disso na recomendação do BE no PAOD, que não chegaram a entrar, o parque infantil do Parque José Gomes Ferreira foi referenciado no anterior Executivo para que a Câmara fizesse uma intervenção de um parque infantil adaptado, que tinha ganho num projeto OP de 2020 ou 2021, para que houvesse vários parques adaptados na cidade, que até lhe parecia ter sido uma iniciativa do CDS. -----

----- O Parque José Gomes Ferreira era um espaço verde estruturante e que servia também a cidade em termos gerais e tinha espaço, o parque infantil necessitava de atualização, portanto seria uma boa ideia reprivatizar essa informação e saber o desenvolvimento da execução desse projeto OP, eventualmente podendo dar delegação à Freguesia para fazer a execução e acrescentar essas valências. -----

----- Outros parques infantis locais, que a Junta nos anteriores mandatos reabilitou, tinham todos apontamentos para inclusão, fosse nos acessos ou em brinquedos. Naturalmente, que um parque dedicado para esse fim, com grandes áreas, oferecia outras valências que não era possível pôr nos pequenos parques infantis de proximidade que estavam espalhados pelo território.-----

----- Sobre a reabilitação da escola básica de Santo António também tinham que ter a consciência que havia um pavilhão gimnodesportivo novo, aliás por proposta dos Vogais do PCP no anterior mandato, para que pudesse até ser utilizado fora do período escolar por outras entidades. Havia uma zona de brincadeiras muito maior e um parque infantil muito maior e isso tinha que ser implementado nalgum espaço. A zona de alimentação era também nova. Havia edifícios novos que tinham de ser implantados nalgum lado e era dentro do terreno da escola. -----

----- Outra ideia por si proposta, era exatamente para tentar superar algumas dificuldades que ocorreram no passado, por exemplo na escola Teixeira de Pascoais e que na altura o Vereador Robles acolheu com grande entusiasmo, a escola de substituição. Não era pôr um conjunto de contentores para substituir as salas de aula, mas sim fazer uma escola de substituição em contentores temporários, de modo a valorizar.-----

----- Tinha visto uma muito interessante, desenvolvida pela Câmara Municipal de Loures no mandato do anterior Presidente de Câmara do PCP, mas ocupava espaço.-----

----- Esperava que a obra decorresse da melhor maneira possível, que houvesse os menores incómodos possíveis para a escola e para a população envolvente, mas era a última escola básica do primeiro ciclo que faltava reabilitar e em boa hora estava a ser reabilitada. -----

----- Sobre a Gago Coutinho, a Junta fez esse desafio à Câmara Municipal, que fez uma contraproposta em que uma grande parte da Gago Coutinho era relativamente fácil de resolver, o troço que ia desde a Estados Unidos da América até à Rotunda do Relógio. Esse era fácil de resolver, conforme estava no projeto apresentado pela Câmara Municipal. Difícil era na zona onde havia habitação entre a Linha de Cintura e a Estados Unidos da América.-----

----- No anterior mandato fizeram-se várias propostas, havia muita resistência pelos serviços municipais, porque tinham sempre uma tendência para valorizar pouco o estacionamento dos residentes. Naquela zona havia prédios com estacionamento, mas outros não tinham e havia uma grande pressão de estacionamento para residentes naquele local, que nem sequer tinham grande comércio ali.-----

----- Houve várias propostas, certamente estariam nos arquivos da Junta e que o Senhor Vogal poderia consultar. Aliás, por aquilo que disse, já devia ter feito, mas havia uma segunda hipótese que fazia a posição intermédia entre o que os serviços da Câmara Municipal pretendiam e aquilo que a Junta de Freguesia sinalizou e que tinha falado com os moradores, que era anular as faixas laterais da Gago Coutinho, fazer estacionamento em espinha e uma parte em passeio, deixando espaço para a ciclovía e para a mobilidade pedonal. Isso permitia maximizar o estacionamento para os residentes, fundamental, porque aqueles prédios, na maior parte dos casos, não tinham estacionamento. -----

----- Havia uma outra medida, de gestão, que não houve tempo para concluir, mas talvez o Senhor Vogal Tomás Gonçalves pudesse retomar, que era a alteração dos limites da zona 04A Areeiro e da zona 03R Alvalade, de modo que a bolsa de estacionamento que servia o Parque da Montanha pudesse fazer parte da zona 03R, que era do lado de Alvalade. -----

----- A zona 04A, que era Areeiro, não tinha nenhuma habitação. Era uma zona *buffer*, para impedir que houvesse circulação entre duas zonas contíguas entre Freguesias, como existia também em Alvalade. -----

----- Quando se alteraram os limites das Freguesias para a reforma administrativa, se existisse aquela bolsa de residentes, provavelmente o limite de Alvalade tinha incluído aquilo. Essa era uma medida simples de gestão, o parque já lá estava feito, provavelmente servia as pessoas de Alvalade e não servia nenhuma pessoa do Areeiro, permitindo que para os residentes da Gago Coutinho, sobretudo os do lado nascente, conseguissem servir-se sem ter de abdicar de nada. Eles podiam escolher a zona 03R e a zona 04A, mas abdicavam de por exemplo estacionar no parque de estacionamento envolvente à bomba da GALP.-----

----- Era muito importante que esses limites fossem alterados, de modo a maximizar as oportunidades de estacionamento, que eram difíceis naquele local, em geral na

Freguesia, que tinha dois dísticos e meio para cada lugar de estacionamento de residentes ou comerciantes. Nas zonas centrais a pressão era muito maior do que dois dísticos e meio para cada lugar de estacionamento. Portanto, todas as formas que pudessem maximizar as oportunidades dos “vizinhos” estacionarem com os dísticos de residentes, sendo que essa medida não impunha obra, era meramente a gestão dos recursos e a forma como eles eram colocados no território. -----

----- Deixava esse desafio e estaria sempre disponível para trocar ideias. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** recordou que tinha sido pedido pela Junta de Freguesia a discussão e votação de três pontos de enorme urgência. Se assim era, tinham de ser discutidos e votados neste momento, porque se passavam para a reunião seguinte perdia-se a urgência e não estariam ao abrigo do número 2 do artigo 50.º da Lei das Autarquias Locais. Por isso perguntava à Junta de Freguesia se realmente eram urgentes, no sentido de serem votados na presente reunião, ou se podia ficar para a reunião seguinte que iam marcar. -----

----- Iria propor dia 8 de julho. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que a urgência foi pensando que a próxima reunião da Assembleia de Freguesia fosse depois das férias e nessa altura seria demasiado tarde. -----

----- Estava em causa uma transferência de verbas e utilização legal e legítima dessas verbas pela Junta de Freguesia, que dependia de autorização da Assembleia de Freguesia. Oito dias não era a mesma coisa que passar para setembro ou outubro e a urgência era porque pensavam ser a última oportunidade antes das férias. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que seria feito um aditamento à ordem de trabalhos para a próxima reunião. Propunha o dia 8 de julho, se estivesse bem para todos faria a marcação da reunião com o aditamento desses três pontos. -----

----- Constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Ata em minuta referente à presente reunião**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Deu por encerrada a reunião. Eram zero horas e vinte minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e dois. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

-----O PRESIDENTE-----